

05/08/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Inpe na encruzilhada](#)

[É a ecologia, estúpido!](#)

[Certas coisas não peço, eu mando, diz Bolsonaro sobre exoneração do diretor do Inpe](#)

[Drauzio Varella recebe prêmio por sua trajetória e contribuição à oncologia](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Governo quer R\\$ 6,5 bilhões de fundos regionais na educação](#)

[‘Fundos públicos devem ser reformatados’](#)

O GLOBO - RJ

[Contas mais apertadas](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Além das reformas e da retomada da economia](#)

[Fundo do pré-sal não eleva verba de Saúde e Educação](#)

Imprensa Estadual

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Professora da rede municipal participa de projeto educacional no Canadá](#)

[País pode atingir metas da Agenda 2030 com Plano de Nacional de Educação](#)

[Fundeb, qual seu futuro?](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA ESTADO

[Governo vai propor uso de recursos de fundos regionais para educação básica](#)

G1

[Prouni abre inscrições para bolsas remanescentes em universidades privadas](#)

[Aguardando recomposição de verbas, Universidades Federais da Zona da Mata e](#)

[Vertentes iniciam 2º semestre letivo nesta semana](#)

METRÓPOLES

[Weintraub ironiza ator por apoio a protestos: “Djovent” e “dssscolado”](#)

[Governo vai propor uso de recursos de fundos regionais para educação](#)

PODER 360 - DF

[Governo quer R\\$ 6,4 bi de fundos regionais para educação básica, diz jornal](#)

TERRA

[Governo vai propor uso de recursos de fundos regionais para educação básica](#)

Imprensa Estadual

O LIBERAL - PA

[Caulim pode melhorar a qualidade da água](#)

Agências de notícias e sites

A CRÍTICA - AM

[Estamos prevendo um tempo não muito alvissareiro à ciência, diz pesquisadora](#)

FOLHA PA

[Relacionamento com a sociedade é um dos temas da reunião de dirigentes](#)

O PRESENTE

[Comissão externa debate critérios de priorização de financiamento público](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Comissão externa debate critérios de priorização de financiamento público](#)

AGÊNCIA ESTADO

[10 perguntas e respostas sobre estudar fora](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Contrato suspenso por Weintraub trava R\\$ 130 milhões para escolas-piloto](#)

BRASIL247

[UNE e mais de 186 entidades estudantis assinam nota contra o "Future-se"](#)

MIDIAMAX

[Inscrições para vagas remanescentes do ProUni começam nesta segunda](#)

O ANTAGONISTA

[Convite sem resposta](#)

PORTAL ISTOÉ

[Governo quer recuperar defasagem no orçamento da Cultura](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA MT

[Interação com a sociedade foi um dos temas da reunião de dirigentes](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Estamos prevendo um tempo não muito alvissareiro à ciência', diz pesquisadora](#)

[Governo Bolsonaro coloca a ciência nas trincheiras](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Bolsa Família - sistema do MEC está fora do ar e não há quem o conserte - Weintraub demitiu os técnicos de TI](#)

CONFAP

[Pesquisador apoiado pela Fapeal conquista edital em parceria com a Alemanha e traz evento internacional para Alagoas](#)

G1

[MPF do RN pede que Justiça mantenha ministro da Educação como réu em ação por danos morais](#)

[UFRJ pode interromper atividades ainda este mês, diz reitora](#)

SEGS - PORTAL NACIONAL

[Pesquisa revela contaminação por antibióticos em rios paranaenses](#)

UFMS

[UFMS sedia Seminário de Educação Profissional e Tecnológica](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Governo vai propor uso de recursos de fundos regionais para educação básica](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - EDITORIAL

Inpe na encruzilhada

Após vexatória demissão de diretor, caberá a ministro da Ciência escolher entre ciência e ideologia

Por ora, a razia de Jair Bolsonaro (PSL) contra o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) acarretou estragos só na imagem do presidente e de seu ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes.

O próprio Inpe saiu engrandecido com a atitude do diretor exonerado Ricardo Galvão, que não se dobrou à sanha obscurantista de Bolsonaro e a sua fixação com sonegar dados objetivos de desmatamento. Isso não significa que a instituição não possa ainda ser prejudicada pelo mandatário e pelo astronauta que pousou no ministério.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2019/08/inpe-na-encruzilhada.shtml?loggedpaywall>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

É a ecologia, estúpido!

Vamos pagar caro pelo corte de cabelo e pela política ambiental de Bolsonaro

Uma das maiores redes de hotéis do mundo vai deixar de oferecer os pequenos frascos de xampu e condicionador, aqueles que usamos e levamos para casa. Serão substituídos por recipientes reutilizáveis de cerâmica até o fim de 2021. InterContinental, Holiday Inn e Crowne Plaza abrem mão de 200 milhões de potinhos/ano, um milhão de quilos de plástico. Correm atrás do Marriott, que já cortou o mimo em 1.500 de seus estabelecimentos.

Em editorial de capa, The Economist diz que o “Brasil tem o poder de salvar ou destruir o mundo”. Escreve que as políticas do governo Jair Bolsonaro aceleram o desmatamento da Amazônia e que o processo pode alcançar ponto irreversível.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/josehenriquemariante/2019/08/e-a-ecologia-estupido.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Certas coisas não peço, eu mando, diz Bolsonaro sobre exoneração do diretor do Inpe

Segundo o presidente, não havia mais clima para que Ricardo Galvão continuasse à frente do instituto

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) sugeriu neste domingo (4) que ordenou ao ministro Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia) a exoneração do diretor do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), Ricardo Galvão, após críticas feitas ao capitão reformado em controvérsia envolvendo dados de desmatamento divulgados pelo órgão.

Questionado no Palácio do Alvorada, em Brasília, sobre se havia pedido a demissão de Galvão, Bolsonaro respondeu: “Está a cargo do ministro. Eu não peço [a demissão], certas coisas eu mando”, afirmou.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2019/08/certas-coisas-nao-peco-eu-mando-diz-bolsonaro-sobre-exoneracao-do-diretor-do-inpe.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - EQUILÍBRIO

Drauzio Varella recebe prêmio por sua trajetória e contribuição à oncologia Médico e divulgador científico é a Personalidade de Destaque do 10º Prêmio Octavio Frias de Oliveira

Foi em 1974, sete anos após se formar em medicina pela USP (Universidade de São Paulo), que a oncologia atraiu definitivamente o médico Drauzio Varella. Depois de tratar um paciente com câncer de pele melanoma com o bacilo de Calmette-Guerin, usado nas vacinas contra tuberculose (BCG), surpreendeu-se com os resultados.

“Fui documentando com biópsias e fotografias a evolução. O paciente já tinha indicação de amputação do braço por conta das lesões e apresentou regressão espantosa. Todas as

lesões desapareceram. Fiquei encantado”, conta.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2019/08/drauzio-varella-recebe-premio-por-sua-trajetoria-e-contribuicao-a-oncologia.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS **Governo quer R\$ 6,5 bilhões de fundos regionais na educação** **Ministério da Economia pretende descentralizar recursos a Estados para fortalecer ensino básico**

BRASÍLIA

O Ministério da Economia vai propor o aumento de 50% dos recursos para o Fundeb, o fundo que atende a educação básica no País. Em entrevista ao

Estado, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, disse que a ideia é saltar de R\$ 13 bilhões para R\$ 19,5 bilhões. Para conseguir o valor adicional, o plano é desidratar os fundos constitucionais regionais abastecidos com recursos públicos e que financiam pequenas empresas, produtores rurais e programas para reduzir a desigualdade e gerar emprego. Para a equipe econômica, o dinheiro que vai para esses fundos deve ser transferido aos governadores para aplicação na educação básica, segundo a orientação do presidente Jair Bolsonaro.

O Ministério da Economia vai propor um aumento de 50% dos recursos para o Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil. Em entrevista ao ‘Estadão/Broadcast’, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, antecipa que a ideia é saltar dos atuais R\$ 13 bilhões para R\$ 19,5 bilhões.

Para conseguir esse dinheiro adicional, o plano é desidratar os chamados fundos constitucionais, que são fundos regionais abastecidos com recursos públicos e que financiam pequenas empresas, produtores rurais e programas destinados a reduzir a desigualdade e gerar emprego.

Na visão da equipe econômica, o dinheiro que hoje vai para esses fundos deveria ser transferido diretamente aos governadores e ser aplicado em educação. Waldery destaca que a orientação dada pelo presidente Jair Bolsonaro para o Orçamento é priorizar a educação básica.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo. O Ministério da Educação já havia sinalizado que quer aumentar o repasse para a área, mas ainda não havia apontado a fonte de recursos.

Segundo Waldery, o dinheiro virá da mudança na destinação dos fundos de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Hoje, eles são administrados pelos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e pelo Banco do Brasil. A Constituição determina que esses fundos recebam 3% do arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do total levantado, são repassados 60% para o Nordeste, 20% para o Centro-Oeste e 20% para o Norte.

A mudança na destinação dos recursos neles depositados só poderão ocorrer se o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O secretário diz que o governo tem informações de parlamentares de que, se a proposta de alteração dos fundos regionais vier “casada” com o reforço nos investimentos em educação básica, haverá “fortíssimo” apoio.

Enquanto o aval do Congresso não vier, a estratégia será “retrabalhar” esses fundos, realocando os recursos de maneira mais eficiente, diz o secretário. Hoje, existem 261 fundos públicos e 93 deles estão ativos.

Segundo Waldery, além de turbinar o orçamento da educação, transferir o dinheiro dos fundos constitucionais para alimentar o Fundeb atende ainda a determinação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de descentralizar recursos para Estados e municípios.

Na visão de Guedes, são os políticos eleitos localmente – e não os gestores dos bancos estatais – que devem decidir como o dinheiro de impostos será usado. “Os governadores têm algo que nenhum presidente de banco público, que nem mesmo nós do Poder Executivo federal temos, que é o voto”, diz o secretário, que, além do Tesouro, comanda também a área de Orçamento da Economia.

Os números do Brasil na educação básica estão aquém da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já o gasto por aluno no ensino superior é praticamente igual ao gasto dos países ricos da OCDE. Por isso, diz Waldery, a decisão de focar no reforço Fundeb.

Devido ao déficit elevado das contas da União, o governo não tem como retirar o dinheiro dos seus recursos, diz o secretário. Por isso, a estratégia de usar os fundos constitucionais foi pensada. Waldery lembra que a previsão do governo é continuar a ter déficits primários elevados nos próximos três anos. Os recursos do Fundeb, porém, ficam de fora da contabilidade do limite do teto de gastos – instrumento que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

Regras fiscais. Como a mudança dos fundos constitucionais só poderá ser feita por meio de uma PEC, uma das possibilidades em análise é aproveitar a esperada PEC do Pacto Federativo para já endereçar a questão. Outra ideia é usar uma proposta que trate do assunto e que já esteja na Casa. Anunciada por Guedes no início de sua gestão, a PEC do Pacto Federativo deve ser abrangente para contemplar os diversos aspectos do federalismo fiscal. As mudanças envolverão o aperfeiçoamento das atuais regras fiscais. O governo não pretende, porém, acabar com a meta de resultado primário, garante o secretário.

“Hoje existem 261 fundos públicos. Entendemos que todos devem ser reformatados”
WALDERY RODRIGUES JUNIOR SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA

“Os governadores têm algo que nenhum presidente de banco público, que nem mesmo nós que estamos no Poder Executivo federal temos, que é o voto.”

“O gasto por aluno na educação básica per capita no Brasil é muito abaixo da média da OCDE, é cerca de duas vezes menor.”

“Nós simplesmente não temos hoje condições (de retirar dinheiro dos recursos do governo federal).”

“Hoje existem 261 fundos públicos, 93 deles são ativos. Entendemos que todos devem ser reformatados. Faremos isso com mudanças na Constituição”. Waldery Rodrigues

SECRETÁRIO ESPECIAL DE FAZENDA

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - ECONOMIA & NEGÓCIOS

‘Fundos públicos devem ser reformatados’

Fundos públicos devem ser reformatados para alocar os recursos de forma mais eficiente, disse o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, em entrevista ao Estadão/Broadcast. Leia os principais pontos:

Riscos fiscais

Existe um total de 361 medidas no Senado e 950 na Câmara para as quais nossa equipe analisa tema, áreas afetadas, impacto fiscal, velocidade de tramitação e interlocução necessária. São medidas que têm impacto fiscal. No Judiciário, no STF, temos 170 medidas que estão no nosso radar.

Fundos públicos A intenção é retrabalhá-los para caminhar para a extinção e realocar recursos de maneira mais eficiente. Hoje existem 261 fundos públicos, 93 deles ativos. Todos devem ser reformatados. Faremos isso com mudanças na Constituição.

Déficit primário

Não trabalhamos com mudança na meta. Temos, pelo PLDO, previsão de déficits primários nos próximos três anos, de magnitude relativamente elevada: R\$ 124 bilhões, R\$ 68 bilhões e R\$ 31,6 bilhões, respectivamente.

Regra de ouro

É mais provável que mude, mas no sentido de melhorar a operacionalização. Ela tem virtude correta: a União só pode se endividar se for para investir, ou seja, uma receita valiosa ou de melhor característica, que é a receita de capital, tem de ter limites quando o uso é para despesa menos valiosa, que são as despesas correntes.

Teto de gastos

É um dos poucos elementos que fez com que o desequilíbrio fiscal não fosse maior e permitiu redução de 0,5% do PIB na despesa primária da União. Entendemos o teto como virtuoso, mas ainda incompleto, e precisa ser aperfeiçoado. Pode haver outros elementos que precisem ser analisados, por exemplo a dívida pública e seu percentual no PIB, para ver se o atendimento a essas regras condiz com o status da economia.

Despesas obrigatórias Respondem por 92% do Orçamento, mas na prática temos mais 4% que não são obrigatórias, mas é difícil cortar. O Bolsa Família, por exemplo. Uma PEC vai tratar dessa mudança. Vamos colocar para o Parlamento sua função primordial, saber onde alocar recursos. A ideia é que o Orçamento fique desengessado. Essas

despesas vão ser desindexadas e desobrigadas.

Desindexação

Uma despesa não pode ter mecanismos de correção e indexação para o futuro. É o caso da remuneração do serviço público. Tivemos aumento de 5% por ano em quatro anos. Esse é o último ano. Então, indexou uma despesa com pessoal em cargos. Isso a PEC vai proibir.

Salário mínimo

É o que traz maior nível de indexação. A ideia é que não tenhamos indexação atrelada a despesas. O governo tem até dezembro para definir a política do salário mínimo. O que vamos manter no projeto de lei orçamentária de 2020 é o que está na Constituição: preservar o poder de compra do salário mínimo.

Perdão à dívida do Funrural

É uma decisão política que, se vier para a área técnica, vai implicar redução de despesas em outras áreas. Não é uma decisão nossa.

Privatização da Eletrobrás

Os ministros terão reuniões com os presidentes do Senado e da Câmara para discutir a tramitação do projeto de lei, que é imprescindível. É algo para daqui a algumas semanas. É uma medida que pode contribuir para desbloquear o Orçamento. Não é a única. Orçamento 2019 Precisamos de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões para recompor as despesas e dar alívio até o fim do ano. Há ações possíveis para isso./

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Contas mais apertadas

Contrato suspenso por Weintraub trava R\$ 130 milhões para escolas-piloto

BRASÍLIA E RIO- O Ministério da Educação (MEC) está com repasses travados, de cerca de R\$ 130 milhões, destinados a 3.519 escolas em todo o país que participam do programa federal de apoio à implementação do Novo Ensino Médio.

O problema, no entanto, não é falta de dinheiro. Embora disponíveis, os recursos não podem ser transferidos porque o desenvolvimento de um sistema informatizado foi interrompido após o ministro Abraham Weintraub romper o acordo de cooperação que a pasta tinha com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

As unidades que receberiam essa verba são chamadas escolas-piloto. O dinheiro seria usado na flexibilização do currículo — uma das bases do Novo Ensino Médio, que compreende a elaboração de itinerários formativos e oferta de disciplinas eletivas — e na formação de professores para esse novo modelo.

Na prática, a verba bancaria a aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços, reparos na infraestrutura escolar e compra de equipamentos e mobiliários. O Novo Ensino Médio, estabelecido por medida provisória em 2017, será implantado nessas escolas já em 2020, e no restante da rede em 2021.

— As atividades que estão fora do currículo regular geram um custo que seria coberto por esse dinheiro — conta Vitor de Angelo, secretário estadual de Educação do Espírito Santo, estado que tem 16 escolas-piloto.

— Enquanto ele não vem, seguimos com os nossos trabalhos de planejamento. Quando a verba sair, faremos as compras.

Weintraub anunciou, no início de julho, que estava rompendo unilateralmente a parceria entre o MEC e a OEI porque o contrato não teria respeitado ritos formais. Com a decisão do ministro, foram dispensados 89 consultores que prestavam serviços ao ministério contratados pelo organismo internacional, dos quais 50 atuavam na área de tecnologia da informação.

SISTEMAS SEM SUPORTE

Diversos sistemas em desenvolvimento ou em atualização ficaram sem suporte. Um deles é o que roda o programa Novo Ensino Médio. Sem ele, as escolas não podem enviar ao MEC as Propostas de Flexibilização Curricular—condição estabelecida em edital para a liberação da verba.

O programa informatizado é necessário para fazer a avaliação desses planos de ação. O projeto apresentado tem que estar alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, aprovada no fim do ano passado. Só depois da validação dessas informações, por meio do sistema, os repasses são autorizados. Segundo técnicos, é inviável fazer todo esse trabalho manualmente, sem o apoio da ferramenta digital que estava em desenvolvimento.

O dinheiro do programa, cujo valor por unidade depende da quantidade de alunos, não é alvo de contingenciamento no MEC. A verba já está, inclusive, empenhada (fase da execução orçamentária que reserva o recurso para garantir o desembolso), mas com liberação travada.

O primeiro repasse (20% do valor) do Novo Ensino Médio foi realizado no último dia de 2018. As escolas aguardavam o segundo aporte no primeiro semestre deste ano. Também estava prevista uma terceira injeção de verba nas unidades. No total, o investimento é de R\$ 350 milhões. Somente Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia e Distrito Federal não aderiram ao programa.

Com a primeira parcela, por exemplo, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Vitor Filho, em Cariacica, região metropolitana da Grande Vitória, conseguiu pagar a manutenção de algumas salas para as aulas de Projeto de Vida e comprou equipamentos como data show e material didático.

— Conseguimos dar esse pontapé inicial com a verba que veio. Quando chegar a segunda parte, vamos reunir o conselho escolar para decidir como gastaremos — afirma a diretora Edma Luppi Batista Salomão, que ofereceu novidades no primeiro semestre.

— Tivemos eletivas de Nutrição e Fotografia que foram sucesso.

O MEC, em nota, atribui a indisponibilidade do sistema a "problemas herdados da gestão anterior", sem informar quais seriam as falhas encontradas pela atual equipe. A pasta não respondeu aos questionamentos sobre a relação entre a saída dos consultores contratados pela OEI e a dificuldade tecnológica que impede os repasses às escolas.

SOLUÇÃO EM "ATE DOIS MESES"

A pasta acrescentou que está empenhada em buscar uma solução "em até dois meses". Às escolas, o MEC tem prometido a verba para até o fim do mês.

Weintraub já afirmou que o modelo de parceria entre MEC e OEI contrariava normas previstas para a formulação dos acordos de cooperação com organismos internacionais. Ele disse que parâmetros formais foram desrespeitados, como o fato de os termos do acordo não terem sido analisados pela consultoria jurídica da pasta, e o projeto básico não ter sido elaborado pelo ministério. O MEC informou que, desde que o documento passou a vigorar, em 2008, R\$ 178 milhões foram transferidos à OEI.

O período de vigência do acordo engloba os governos Lula, Dilma e Temer. Neste período, os repasses aumentaram de R\$ 4,4 milhões (2008) a R\$ 37,4 milhões (2018). O resultado da apuração interna foi enviado para o Ministério Público Federal (MPF), Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), segundo o MEC.

O rompimento do acordo surpreendeu até a área técnica da pasta. Internamente, ele é visto com desconfiança e alguns acreditam que os motivos de Weintraub seriam ideológicos, por estabelecer uma suposta identificação do organismo com setores da esquerda.

Nos bastidores, comenta-se que o programa foi implementado sem irregularidades graves, como problemas na prestação de contas ou indícios de desvio de verbas.

Embora diga que sua prioridade à frente do MEC é o ensino básico, Weintraub não poupou a educação de crianças e adolescentes dos contingenciamentos e até de falhas internas, como a que atinge o Novo Ensino Médio.

Procurada, a OEI não respondeu a questionamentos específicos a respeito dos sistemas informatizados que estavam sendo desenvolvidos. O organismo internacional destacou, em nota, que "preza pelos princípios da transparência e da legalidade em todos os acordos firmados nos 23 países (...) em que atua" e defendeu que os acordos com o governo brasileiro "estão criteriosamente em conformidade com a lei e normas deste país".

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Além das reformas e da retomada da economia

O avanço da reforma da Previdência no Congresso é sem dúvida positivo para a economia, contribuindo para reduzir as dúvidas em relação ao equilíbrio das contas públicas no longo prazo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6377211/alem-das-reformas-e-da-retomada-da-economia>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Fundo do pré-sal não eleva verba de Saúde e Educação

Os recursos do pré-sal para as áreas de educação e saúde estão ganhando impulso, puxados pelo aumento da produção de petróleo. Mas, neste ano, com a decisão do governo de contingenciar as verbas dos ministérios da Educação e da Saúde, o dinheiro do petróleo na verdade tem servido apenas para tapar buraco e não para, de fato, incrementar as verbas dessas pastas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6377189/fundo-do-pre-sal-nao-eleva-verba-de-saude-e-educacao>

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Professora da rede municipal participa de projeto educacional no Canadá

Visando a oferecer melhores condições de aprendizagem aos seus alunos da educação infantil e dos anos iniciais, Daiane Arend Flores de Oliveira, professora da rede municipal de ensino de Taquara, foi uma das 100 selecionadas em todo o Brasil para receber uma bolsa de estudos no Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores da Educação Básica e conhecer o modelo educacional do Canadá, no Niagara College.

Com duração de oito semanas, o programa tem o objetivo de promover a capacitação de professores ativos nas escolas públicas das redes estadual, municipal e distrital. Dividido em duas partes, um curso básico de inglês e a capacitação dos professores, o programa é desenvolvido conjuntamente entre a Diretoria de Relações Internacionais (DRI) e a Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEB).

No Canadá desde a primeira semana de julho, a professora taquarense segue participando da capacitação no Niagara College até o dia 29 de agosto. "Como o Canadá é um país referência na questão da autonomia infantil, a proposta do **Capes** veio bem a calhar no momento em que estávamos iniciando o processo. Literalmente, vamos unir o útil ao agradável, pois esse intercâmbio entre o Brasil e o Canadá poderá contribuir com a reformulação da proposta curricular e o sistema de avaliação em Taquara", relatou Daiane.

Durante a capacitação, realizada através de uma cooperação entre a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Colleges and Institutes Canada (CiCan), os participantes serão beneficiados com passagens aéreas nacionais e internacionais de ida e volta, ajuda de custo, seguro-saúde, deslocamento no Canadá, alojamento em casa de família canadense (incluindo refeições), curso de formação e material didático.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

País pode atingir metas da Agenda 2030 com Plano de Nacional de Educação

O cumprimento das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) pode ajudar o Brasil a concluir, em 2024, 70% das metas previstas para 2030, pelo quarto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS4). A constatação é do Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada (Ipea), obtida a partir de levantamento que retrata a implementação do ODS4 no País, tendo por base indicadores de 2016 e 2017.

Assinada por 193 países, a Agenda 2030 aponta 10 metas visando à educação inclusiva, equitativa e de qualidade e à promoção de oportunidades de aprendizagem para os estudantes brasileiros. No caso do ODS4, foram estabelecidas metas para sua implementação tanto para a educação infantil como para os Ensinos Fundamental, Médio, Profissionalizante e Superior. Há também metas para a disseminação de conteúdos relacionados à sustentabilidade, à infraestrutura das escolas, ao apoio a países menos desenvolvidos e à criação de garantias para melhores condições de trabalho para os professores.

No Brasil, o ODS4 conta com relevante aliado: o PNE (2014-2024), que fixa 20 metas a serem cumpridas até 2024. Entre elas, estão a universalização da educação, o ensino em tempo integral na educação básica, a ampliação do ensino técnico e superior e a valorização dos professores.

De acordo com o levantamento do Ipea, não deverá haver problemas mais complicados para que o País atinja a meta de prevista para o acesso à educação infantil, uma vez que 93,7% das crianças com idade entre 4 e 5 anos já estão matriculadas na pré-escola. A meta é de chegar à marca de 100% até 2030. No caso de crianças com idade até 3 anos, o estudo revela que pouco mais de um terço frequenta creche. Esse dado, é considerado “sério” pelos pesquisadores pelo fato de implicar também dificuldades para o acesso das mães ao mercado de trabalho.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - OPINIÃO

Fundeb, qual seu futuro?

O principal mecanismo de financiamento da educação básica do Brasil está com os dias contados. Isso porque o prazo de vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), criado em 2006, termina em dezembro de 2020.

Concentrando aproximadamente 80% dos recursos destinados à Educação Infantil, aos ensinos Fundamental e Médio, e à Educação de Jovens e Adultos (EJA), o Fundeb é formado pela arrecadação de municípios e estados, com possível complementação federal, caso os recursos não sejam suficientes. O fundo também é a principal fonte de pagamento de professores e da capacitação dos docentes. Para os municípios, os recursos são distribuídos conforme número de alunos matriculados.

Com a iminência do fim do Fundeb e com o anúncio de contingenciamento de recursos também na educação básica, a preocupação em relação à educação pública nos municípios aumenta, uma vez que necessitamos tanto do Fundeb quanto dos repasses de verbas da União para garantir o ensino de qualidade.

Atualmente, tramitam no Senado duas propostas de emenda à Constituição que pretendem tornar o Fundeb uma política vitalícia e aumentam a complementação da União. Entretanto, a discussão ainda está muito longe da esfera pública, da população e dos municípios. Mais do que falar sobre a sua continuidade e seu aspecto constitucional, precisamos discutir melhorias e avanços do Fundeb para construir um modelo que atenda de forma mais ampla e eficaz aos municípios, que garanta a qualidade do ensino

e a redução das desigualdades em relação ao acesso à educação.

Acredito que o direito à educação não é apenas a garantia de uma vaga na escola, precisamos proporcionar um ensino de qualidade para nossas crianças, que esteja voltado à atenção, à orientação e ao estímulo desde os primeiros anos de vida. Precisamos oferecer um currículo diversificado, com professores capacitados e atualizados, com estruturas que permitam que elas se desenvolvam em sua plenitude, como cidadãs do mundo que virão a ser.

Avançar na qualidade do ensino é uma obrigação do poder público, e, para isso, o Fundeb e sua reorganização são indispensáveis, sob pena de enfrentarmos um colapso na educação pública e continuarmos sem condições de desenvolver nossa sociedade.
Advogada e vice-prefeita de Canoas

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

**Governo vai propor uso de recursos de fundos regionais para educação básica
Intenção é direcionar dinheiro de fundos de financiamento do Nordeste (FNE),
Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) para fortalecer ensino básico no País;
alteração exigirá mudança constitucional por meio de emenda a ser enviada ao
Congresso**

BRASÍLIA - O Ministério da Economia vai propor um aumento de 50% dos recursos para o Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil. Em entrevista ao 'Estadão/Broadcast', o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, antecipa que a ideia é saltar dos atuais R\$ 13 bilhões para R\$ 19,5 bilhões.

Para conseguir esse dinheiro adicional, o plano é desidratar os chamados fundos constitucionais, que são fundos regionais abastecidos com recursos públicos e que financiam pequenas empresas, produtores rurais e programas destinados a reduzir a desigualdade e gerar emprego.

Na visão da equipe econômica, o dinheiro que hoje vai para esses fundos deveria ser transferido diretamente aos governadores e ser aplicado em educação. Waldery destaca que a orientação dada pelo presidente Jair Bolsonaro para o Orçamento é priorizar a educação básica.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo. O Ministério da Educação já havia sinalizado que quer aumentar o repasse para a área, mas ainda não havia apontado a fonte de recursos.

Segundo Waldery, o dinheiro virá da mudança na destinação dos fundos de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Hoje, eles são administrados pelos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e pelo Banco do Brasil. A Constituição determina que esses fundos recebam 3% do arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do total levantado, são repassados 60% para o Nordeste, 20% para o Centro-Oeste e 20% para o Norte.

A mudança na destinação dos recursos neles depositados só poderão ocorrer se o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O secretário diz que

o governo tem informações de parlamentares de que, se a proposta de alteração dos fundos regionais vier “casada” com o reforço nos investimentos em educação básica, haverá “fortíssimo” apoio.

Enquanto o aval do Congresso não vier, a estratégia será “retrabalhar” esses fundos, realocando os recursos de maneira mais eficiente, diz o secretário. Hoje, existem 261 fundos públicos e 93 deles estão ativos.

Segundo Waldery, além de turbinar o orçamento da educação, transferir o dinheiro do fundos constitucionais para alimentar o Fundeb atende ainda a determinação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de descentralizar recursos para Estados e municípios.

Na visão de Guedes, são os políticos eleitos localmente – e não os gestores dos bancos estatais – que devem decidir como o dinheiro de impostos será usado. “Os governadores têm algo que nenhum presidente de banco público, que nem mesmo nós do Poder

Executivo federal temos, que é o voto”, diz o secretário, que, além do Tesouro, comanda também a área de Orçamento da Economia.

Os números do Brasil na educação básica estão aquém da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já o gasto por aluno no ensino superior é praticamente igual ao gasto dos países ricos da OCDE. Por isso, diz Waldery, a decisão de focar no reforço Fundeb.

Devido ao déficit elevado das contas da União, o governo não tem como retirar o dinheiro dos seus recursos, diz o secretário. Por isso, a estratégia de usar os fundos constitucionais foi pensada. Waldery lembra que a previsão do governo é continuar a ter déficits primários elevados nos próximos três anos. Os recursos do Fundeb, porém, ficam de fora da contabilidade do limite do teto de gastos – instrumento que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

Regras fiscais. Como a mudança dos fundos constitucionais só poderá ser feita por meio de uma PEC, uma das possibilidades em análise é aproveitar a esperada PEC do Pacto Federativo para já endereçar a questão. Outra ideia é usar uma proposta que trate do assunto e que já esteja na Casa. Anunciada por Guedes no início de sua gestão, a PEC do Pacto Federativo deve ser abrangente para contemplar os diversos aspectos do federalismo fiscal. As mudanças envolverão o aperfeiçoamento das atuais regras fiscais. O governo não pretende, porém, acabar com a meta de resultado primário, garante o secretário.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Prouni abre inscrições para bolsas remanescentes em universidades privadas
Participante deve ter feito Enem após 2010, com nota superior a 450. Professores da rede pública também podem participar.**

Por G1

As inscrições para bolsas remanescentes do Programa Universidade para Todos (Prouni) começam nesta segunda-feira (5) e se estendem até o dia 30 de setembro. Para quem ainda não estiver matriculado em uma instituição de ensino, o prazo é mais curto: termina em 16 de agosto.

Nesta etapa, o Ministério da Educação (MEC) oferece vagas que não foram preenchidas nas duas chamadas do programa e na lista de espera. São casos em que os candidatos inicialmente selecionados não apresentaram a documentação exigida ou desistiram de participar do programa.

O Prouni, criado em 2004, oferta bolsas de estudo parciais (que cobrem 50% da mensalidade) e integrais em universidades privadas.

Quem pode concorrer às bolsas remanescentes:

Professores da rede pública de ensino, que estejam exercendo a profissão, mesmo que não tenham participado do Enem. A bolsa é permitida apenas para cursos de licenciatura.

Brasileiros sem diploma de ensino superior, que tenham feito o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) a partir de 2010 e obtido nota superior a 450 pontos. Não é permitido ter zerado na redação.

Critérios de seleção

Nesta etapa, as bolsas remanescentes serão distribuídas por ordem de inscrição - e não por nota de corte.

Quem for selecionado deve comparecer à instituição de ensino nos dois dias úteis após a inscrição, para comprovar os dados pessoais.

Cronograma

5 a 16 de agosto: inscrições para candidatos que não estejam matriculados em uma universidade

5 de agosto a 30 de setembro: inscrições para candidatos que estejam matriculados em uma universidade

Dois dias úteis após a inscrição: apresentação de documentos na instituição de ensino

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Aguardando recomposição de verbas, Universidades Federais da Zona da Mata e Vertentes iniciam 2º semestre letivo nesta semana

Instituições destacaram medidas para manter funcionamento neste ano e possíveis impactos se recursos contingenciados pelo MEC não forem liberados.

As Universidades Federais de Juiz de Fora (UFJF), São João del Rei (UFSJ) e Viçosa (UFV) iniciam as atividades do segundo semestre letivo nesta semana. As aulas voltam nos campi de Juiz de Fora e de Viçosa nesta segunda (5) e nos campi de São João del Rei na quarta (7). Em Viçosa não haverá entrada de calouros. Nas demais, novos alunos se juntarão aos veteranos nos cursos oferecidos.

O G1 solicitou posicionamento das instituições sobre as perspectivas de funcionamento diante do contingenciamento de verba anunciado neste ano. A UFJF garante funcionamento até dezembro. No entanto, enumera as perdas se o valor estimado em R\$ 32 milhões não for recompostas pelo governo.

Na UFV, foram adotadas medidas de economia e contenção de despesas. O reitor Demetrius David da Silva ressaltou que a liberação de recursos é fundamental "para arcar com nossas despesas obrigatórias para que não haja descontinuidade nos serviços prestados".

A análise é semelhante a feita pela UFSJ. Segundo nota, o contingenciamento de R\$ 17 milhões atingiu as ações orçamentárias de capacitação de funcionários, abono salarial de servidores públicos federais e funcionamento da instituição.

UFJF

Nesta segunda (5), 1.478 calouros iniciam o curso superior no campus de Juiz e Fora, onde haverá uma recepção, às 17h, na Praça Cívica. Em Governador Valadares, serão 266 novos alunos.

No campus em Juiz de Fora, são esperados cerca de 18 mil estudantes nos 75 cursos presenciais de graduação. A instituição ainda contabiliza 3.061 alunos de pós-graduação. A UFJF informou que os números podem sofrer variação porque haverá divulgação de editais de reclassificação para novas matrículas de ingressantes.

Sobre o orçamento para o segundo semestre, o Conselho Superior adiou cortes projetados para agosto, porque havia negociações em andamento - algumas bem-sucedidas, diz a UFJF - relativas ao orçamento das universidades. Agora, a instituição aguarda a liberação dos recursos.

"Há a previsão de recomposição da ordem de R\$ 1 bilhão, oriunda de uma negociação com o Congresso Nacional. Ainda houve um anúncio, no final do mês de maio, por parte do Ministério da Economia, de que o Governo iria recompor R\$ 1,5 bilhão do orçamento do MEC. Assim, teríamos R\$ 2,5 bilhões para a recomposição do orçamento para a Educação. A execução desta recomposição, entretanto, ainda não foi feita; este dinheiro ainda não chegou ao Ministério da Educação (MEC)", explicou a instituição em nota.

Caso a liberação não ocorra, a Universidade definiu estratégias para garantir o funcionamento até o fim do semestre.

"A perspectiva da UFJF para o restante de 2019, se o Governo não fizer nenhuma recomposição orçamentária, é uma perda de R\$ 32 milhões. Se ocorrer, certamente a instituição concentrará os gastos na manutenção da Universidade. "

No entanto, a instituição ressalta que projetos sofreriam o impacto, caso não receba os recursos inicialmente previstos.

"Se houver a recomposição integral do orçamento, a UFJF dará prosseguimento a todos os projetos que já estão aprovados; se o corte for mantido, uma série de programas para equilibrar as contas será comprometida. Os projetos que a UFJF realiza sofreriam um forte prejuízo, como os da área de inovação; pesquisa e pós-graduação; e extensão que, atualmente, acontecem com recursos próprios".

"A Universidade vai conseguir manter o seu funcionamento normal até o final do ano, sem cortar nenhum serviço oferecido, entretanto, corre o risco de sofrer uma perda muito grande na produção do conhecimento científico e acadêmico, pois, quando se consegue um salto de qualidade com projetos como os que são desenvolvidos na instituição, há a possibilidade de serem prejudicados", concluiu a instituição.

UFV

Nesta segunda-feira (5), são esperados cerca de 17.300 alunos nos três campi: Viçosa, Florestal e Rio Paranaíba. São 14.500 estudantes nos 67 cursos de graduação e 2.700 na pós-graduação.

A UFV não tem ingresso pelo Sistema de Seleção Unificada (Sisu) no meio do ano. "No entanto, alguns novos alunos entram para ocupar vagas ociosas ou para obtenção de novos títulos. Este semestre serão 170 novos alunos".

Em relação ao orçamento para o segundo semestre, ainda sob o impacto do bloqueio de verbas anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) em maio, o reitor Demetrius David da Silva, informou que, nos últimos dois meses o Governo Federal adotou a estratégia de liberar parte do orçamento para empenhar as principais despesas das Universidades.

"Assim, a UFV recebeu, até agora 53% dos recursos previstos na LOA 2019, sendo que em junho recebemos 8% e em julho recebemos apenas 5% dos recursos de custeio. Até o presente momento conseguimos cumprir com todas as nossas obrigações, porém não temos mais recursos para empenhar novas despesas. Neste sentido, A UFV depende de novas liberações para que não haja descontinuidade no pagamento das suas principais despesas", respondeu ao G1 via assessoria.

Demetrius David da Silva, que tomou posse em 29 de maio deste ano, explicou as medidas adotadas para manter o funcionamento na instituição.

"Implementamos várias ações para diminuir as despesas com energia elétrica, fornecimento de água, contratos de serviços terceirizados, serviços de transportes e diárias. Além disso, utilizaremos parte da arrecadação própria, que seria usada para melhoria da infraestrutura, no pagamento de despesas correntes. Temos a expectativa de que parte dos recursos contingenciados sejam liberados e, assim, seja possível manter todos os compromissos até o fim do ano, sem prejuízo das nossas atividades".

O reitor destacou que todos os esforços são para evitar interrupção de atividades no semestre. "Nós estamos trabalhando para que isso não aconteça, pois temos compromisso com nossos estudantes e, principalmente, com a sociedade. Porém, dependemos da liberação de novos recursos para arcar com nossas despesas obrigatórias para que não haja descontinuidade nos serviços prestados".

UFSJ

As aulas retornam no campi da UFSJ em na quarta-feira (7). Segundo a Divisão de Acompanhamento e Controle Acadêmico (Dicon), são esperados 12.500 alunos na graduação, sendo 1 mil calouros em 22 cursos. Já na pós-graduação, o semestre recomeça para 1.267 alunos da modalidade stricto sensu e outros 2.495 na pós lato sensu. E ainda recebe 200 novos alunos no mestrado e no doutorado.

Os dados são referentes à soma dos três campi em São João del-Rei (Santo Antônio, Dom Bosco e Tancredo Neves), um em Ouro Branco/Congonhas (Alto Paraopeba), um em Divinópolis (Centro-Oeste Dona Lindu) e um em Sete Lagoas (Sete Lagoas).

Aos questionamentos feitos pelo G1 sobre orçamento, a Universidade Federal de São João del-Rei explicou que 30% da verba foi bloqueado e já causou impactos.

"A UFSJ sofreu um contingenciamento da ordem de 30% do orçamento de custeio e capital, representando um montante de aproximadamente R\$ 17 milhões. Atingiu as ações orçamentárias de capacitação de servidores, abono salarial de servidores públicos federais e funcionamento da instituição", informou em nota.

Se o bloqueio não for revertido e o corte for confirmado, a instituição teme pela ampliação das restrições em diversas atividades.

"Os respectivos bloqueios podem acarretar, caso sejam convertidos em cortes, na redução da capacidade de alocação orçamentária, principalmente, na contratação de serviços continuados como, por exemplo, limpeza e manutenção, vigilância, motoristas, manutenção de frota, fornecimento de energia, telefonia e água".

"A impossibilidade de reversão do bloqueio pode ainda refletir na redução da alocação orçamentária em bolsas e projetos acadêmicos (ensino, pesquisa e extensão), capacitação de servidores, adequação e melhoria do ambiente de trabalho, bem como na aquisição de equipamentos destinados as atividades acadêmicas e administrativas", finalizou a nota.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Weintraub ironiza ator por apoio a protestos: “Djoven” e “dsscolado”

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, foi ao Twitter neste domingo (04/08/2019) ironizar um vídeo publicado pela União Nacional dos Estudantes (UNE). No vídeo, o ator Paulo Betti faz uma convocação para que todos os “que acham que a saída para o Brasil é a educação” participem dos atos marcados para 13 de agosto, intitulados “Tsunami pela Educação”.

topo 

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Governo vai propor uso de recursos de fundos regionais para educação Intenção é direcionar dinheiro de fundos de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) para fortalecer ensino básico

O Ministério da Economia vai propor um aumento de 50% dos recursos para o Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil. Em entrevista ao “Estadão”, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, antecipou que a ideia é saltar dos atuais R\$ 13 bilhões para R\$ 19,5 bilhões.

Para conseguir esse dinheiro adicional, o plano é desidratar os chamados fundos constitucionais, que são fundos regionais abastecidos com recursos públicos e que financiam pequenas empresas, produtores rurais e programas destinados a reduzir a desigualdade e gerar emprego.

Na visão da equipe econômica, o dinheiro que hoje vai para esses fundos deveria ser transferido diretamente aos governadores e ser aplicado em educação. Waldery destaca que a orientação dada pelo presidente Jair Bolsonaro para o Orçamento é priorizar a educação básica.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo. O Ministério da Educação já havia sinalizado que quer aumentar o repasse para a área, mas ainda não havia apontado a fonte de recursos.

Segundo Waldery, o dinheiro virá da mudança na destinação dos fundos de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Hoje, eles são administrados pelos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e pelo Banco do Brasil. A Constituição determina que esses fundos recebam 3% do arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do total levantado, são repassados 60% para o Nordeste, 20% para o Centro-Oeste e 20% para o Norte.

A mudança na destinação dos recursos neles depositados só poderão ocorrer se o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O secretário diz que o governo tem informações de parlamentares de que, se a proposta de alteração dos fundos regionais vier “casada” com o reforço nos investimentos em educação básica, haverá “fortíssimo” apoio.

Enquanto o aval do Congresso não vier, a estratégia será “retrabalhar” esses fundos, realocando os recursos de maneira mais eficiente, diz o secretário. Hoje, existem 261 fundos públicos e 93 deles estão ativos.

Segundo Waldery, além de turbinar o orçamento da educação, transferir o dinheiro do fundos constitucionais para alimentar o Fundeb atende ainda a determinação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de descentralizar recursos para Estados e municípios.

Na visão de Guedes, são os políticos eleitos localmente – e não os gestores dos bancos estatais – que devem decidir como o dinheiro de impostos será usado. “Os governadores têm algo que nenhum presidente de banco público, que nem mesmo nós do Poder

Executivo federal temos, que é o voto”, diz o secretário, que, além do Tesouro, comanda também a área de Orçamento da Economia.

Os números do Brasil na educação básica estão aquém da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já o gasto por aluno no ensino superior é praticamente igual ao gasto dos países ricos da OCDE. Por isso, diz Waldery, a decisão de focar no reforço Fundeb.

Devido ao déficit elevado das contas da União, o governo não tem como retirar o dinheiro dos seus recursos, diz o secretário. Por isso, a estratégia de usar os fundos constitucionais foi pensada. Waldery lembra que a previsão do governo é continuar a ter déficits primários elevados nos próximos três anos. Os recursos do Fundeb, porém, ficam de fora da contabilidade do limite do teto de gastos – instrumento que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

Regras fiscais. Como a mudança dos fundos constitucionais só poderá ser feita por meio de uma PEC, uma das possibilidades em análise é aproveitar a esperada PEC do Pacto Federativo para já endereçar a questão. Outra ideia é usar uma proposta que trate do assunto e que já esteja na Casa. Anunciada por Guedes no início de sua gestão, a PEC

do Pacto Federativo deve ser abrangente para contemplar os diversos aspectos do federalismo fiscal. As mudanças envolverão o aperfeiçoamento das atuais regras fiscais. O governo não pretende, porém, acabar com a meta de resultado primário, garante o secretário.

topo ↕

PODER 360 - DF - TEMPO REAL

Governo quer R\$ 6,4 bi de fundos regionais para educação básica, diz jornal

O Ministério da Economia quer aumentar em 50% os recursos para o Fundeb –fundo que atende a educação básica no Brasil– com dinheiro dos chamados fundos constitucionais, que são fundos regionais abastecidos com recursos públicos.

A meta é aumentar o Fundeb dos atuais R\$ 13 bilhões anuais para R\$ 19,5 bilhões. A informação foi publicada nesta 2ª feira (5.ago.2019) no jornal O Estado de S. Paulo.

Ao jornal, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, disse que a ideia é retirar dinheiro de outros fundos regionais abastecidos com recursos da União, como programas que financiam pequenas empresas, produtores rurais ou ações para reduzir a desigualdade e criar empregos. Segundo Waldery, o dinheiro que hoje vai para esses fundos deveria ser transferido diretamente aos governadores e ser aplicado em educação básica. Afirmou que isso ajudaria a descentralizar o orçamento público.

Para que essa mudança seja feita, é necessário a aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição). Uma das possibilidades em análise é aproveitar a PEC do Pacto Federativo ou uma proposta que trate do assunto e que já esteja na Casa.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

Governo vai propor uso de recursos de fundos regionais para educação básica

Intenção é direcionar dinheiro de fundos de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO) para fortalecer ensino básico no País; alteração exigirá mudança constitucional por meio de emenda a ser enviada ao Congresso

BRASÍLIA - O Ministério da Economia vai propor um aumento de 50% dos recursos para o Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, antecipa que a ideia é saltar dos atuais R\$ 13 bilhões para R\$ 19,5 bilhões.

Para conseguir esse dinheiro adicional, o plano é desidratar os chamados fundos constitucionais, que são fundos regionais abastecidos com recursos públicos e que financiam pequenas empresas, produtores rurais e programas destinados a reduzir a desigualdade e gerar emprego.

Na visão da equipe econômica, o dinheiro que hoje vai para esses fundos deveria ser transferido diretamente aos governadores e ser aplicado em educação. Waldery destaca que a orientação dada pelo presidente Jair Bolsonaro para o Orçamento é priorizar a educação básica.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo. O Ministério da Educação já havia sinalizado que quer aumentar

o repasse para a área, mas ainda não havia apontado a fonte de recursos.

Segundo Waldery, o dinheiro virá da mudança na destinação dos fundos de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Hoje, eles são administrados pelos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e pelo Banco do Brasil. A Constituição determina que esses fundos recebam 3% do arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do total levantado, são repassados 60% para o Nordeste, 20% para o Centro-Oeste e 20% para o Norte.

A mudança na destinação dos recursos neles depositados só poderão ocorrer se o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O secretário diz que o governo tem informações de parlamentares de que, se a proposta de alteração dos fundos regionais vier "casada" com o reforço nos investimentos em educação básica, haverá "fortíssimo" apoio.

Enquanto o aval do Congresso não vier, a estratégia será "retrabalhar" esses fundos, realocando os recursos de maneira mais eficiente, diz o secretário. Hoje, existem 261 fundos públicos e 93 deles estão ativos.

Segundo Waldery, além de turbinar o orçamento da educação, transferir o dinheiro do fundos constitucionais para alimentar o Fundeb atende ainda a determinação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de descentralizar recursos para Estados e municípios.

Na visão de Guedes, são os políticos eleitos localmente - e não os gestores dos bancos estatais - que devem decidir como o dinheiro de impostos será usado. "Os governadores têm algo que nenhum presidente de banco público, que nem mesmo nós do Poder

Executivo federal temos, que é o voto", diz o secretário, que, além do Tesouro, comanda também a área de Orçamento da Economia.

Os números do Brasil na educação básica estão aquém da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já o gasto por aluno no ensino superior é praticamente igual ao gasto dos países ricos da OCDE. Por isso, diz Waldery, a decisão de focar no reforço Fundeb.

Devido ao déficit elevado das contas da União, o governo não tem como retirar o dinheiro dos seus recursos, diz o secretário. Por isso, a estratégia de usar os fundos constitucionais foi pensada. Waldery lembra que a previsão do governo é continuar a ter déficits primários elevados nos próximos três anos. Os recursos do Fundeb, porém, ficam de fora da contabilidade do limite do teto de gastos - instrumento que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

Regras fiscais. Como a mudança dos fundos constitucionais só poderá ser feita por meio de uma PEC, uma das possibilidades em análise é aproveitar a esperada PEC do Pacto Federativo para já endereçar a questão. Outra ideia é usar uma proposta que trate do assunto e que já esteja na Casa. Anunciada por Guedes no início de sua gestão, a PEC do Pacto Federativo deve ser abrangente para contemplar os diversos aspectos do federalismo fiscal. As mudanças envolverão o aperfeiçoamento das atuais regras fiscais. O governo não pretende, porém, acabar com a meta de resultado primário, garante o secretário.

O LIBERAL - PA - CIDADES

Caulim pode melhorar a qualidade da água

Contribuir para melhorar a qualidade da água fornecida à população que vive no município de Santarém, no oeste paraense, é o principal objetivo de uma pesquisa sobre o potencial do caulim como matéria-prima para a produção de zeólita, material com estrutura cristalina capaz de reter e filtrar determinados elementos. Isso porque, no local, onde há a maior bacia de água doce do planeta, as comunidades rurais desta região não contam com sistema de saneamento adequado e, em alguns casos, precisam consumir diretamente do rio, que contém sedimentos e dejetos lançados por embarcações e fossas rudimentares.

A proposta do estudo, desenvolvido desde 2014, pelo professor Manoel Roberval Pimentel Santos, doutor em Física, integrante do Instituto de Engenharia e Geociências (IEG) da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), é desenvolver um biofiltro sustentável e de baixo custo, produzido a partir do caulim, argila popularmente conhecida no Pará como “Tabatinga”. A matéria funciona como uma peneira molecular e é utilizada industrialmente na composição de detergentes com a função de remover moléculas de gordura. De acordo com Santos, “a escolha pelo caulim ocorreu por ser muito presente em nossa região, o que facilita a implantação da tecnologia pela disponibilidade desta matéria-prima”, declarou.

O professor coordena a pesquisa junto ao estudante de mestrado Ernelison Angly da Silva Santos, bolsista da Fundação **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, vinculada ao Ministério da Educação. Os pesquisadores já desenvolveram o protótipo do biofiltro, que é feito em PVC com três camadas de materiais filtrantes: areia, zeólita obtida do caulim e o carvão ativado.

Após a filtragem, a água será submetida a análises físico-químicas para verificar se houve retenção de matéria orgânica, alterações na acidez, turbidez e odor. Também será verificada se as pastilhas de zeólita são capazes de eliminar coliformes fecais e bactérias. Fora o material disponível em Santarém, o pesquisador conta com a colaboração da Imerys, que enviou amostras do caulim utilizado em Barcarena para testes na Ufopa.

[topo](#) ↕

A CRÍTICA - AM - GERAL

Estamos prevendo um tempo não muito alvissareiro à ciência, diz pesquisadora Secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência aponta os prejuízos que podem ser causados à produção científica do País por conta do corte de verbas promovido pelo governo federal

Corte de verbas, suspensão de bolsas, dúvidas sobre pesquisas reconhecidas internacionalmente. Estes são alguns dos fatos enfrentados por pesquisadores brasileiros neste ano.

A pós-doutora e secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Vera Val, conversou com o A CRÍTICA sobre os temas, e analisou os caminhos da Ciência e pesquisas no Brasil.

Como a senhora vê a Ciência, hoje, no Amazonas e no Brasil?

Eu ainda vejo a Ciência no Amazonas bem de ponta, mas em outros setores muito aquém do que é feito no resto do país, e ainda dependente de uma comunicação maior, da

instalação de ambiente acadêmico maior. Avançou muito nesses 35, 40 anos, inclusive porque o avanço de tecnologia aumentou muito, as agências de fomento criaram mecanismos como o banco de periódicos da **Capes**, que a gente pode baixar e ler na hora. Antigamente, tinha que esperar revistas, e havia um delay. Agora é instantâneo e isso facilita muito para os nossos estudantes.

Os governos propiciam uma ambiente favorável para a Ciência?

Não. Nós estamos prevendo um tempo não muito alvissareiro para Ciência e Tecnologia. Houve muitos cortes, cortes de bolsas, cortes orçamentários, há algumas notícias muito assustadoras, como a que ouvimos semana passada na SBPC, que a partir de setembro não haverá mais dinheiro para pagar as bolsas, isso significa que mais de 60% dos nossos estudantes de pós-graduação vão ficar sem bolsa para estudar, muitos pós-doutorandos, que estão contribuindo com a produção científica também. A gente está sobressaltado. A SBPC, por exemplo, tem lutado contra isso, o presidente da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências disseram que não vão permitir esse estrangulamento, vamos lutar até o fim, mas é muito complicado. Nós não podemos assumir uma posição político-partidária, somos associados que têm diversidade de pensamentos, temos é que defender que sem a educação nada de bom acontece no país. Nosso equilíbrio social aqui ainda é um dos maiores do país, temos grandes riquezas, grandes latifúndios concentrados em poucas pessoas e muitas que vivem na linha da pobreza.

Como as declarações que põem em xeque o trabalho do INPE impactam a sociedade?

De maneira muito negativa. O INPE é um dos institutos que foi sendo forjado de maneira forte do ponto de vista do C&T. Ele é ligado a empresas como a Embraer e desenvolveu uma tecnologia de imagens sem par no mundo, países como os Estados Unidos confiam nas imagens de satélite que o INPE posta sobre o Brasil e a Amazônia. Há uma discussão entre contar o desmatamento com o pé no chão e pelo satélite, já se concluiu que a imagem do satélite é muito fidedigna, não se pode por em xeque a instituição, se pode colocar em xeque se a instituição está fazendo o que o governo quer ou não, mas não a veracidade. Ciência é verdade, não tem como manipular. O problema é que esse governo está trazendo o obscurantismo de volta, não se pode misturar ciência e educação com religião. Fé é uma coisa que você acredita sem ver, a Ciência produz o que se pode comprovar. A Ciência é absoluta. Estou melancólica com o que esse governo tem trazido para as descobertas científicas, denegrir a imagem. A falta de cultura, de conhecimento é muito perverso para qualquer um. A começar pelo do presidente e o secto que o seguem, nós temos incultos e ignorantes dirigindo esse país. Nós estamos à deriva.

E como a comunidade científica pode se posicionar contra esse tipo de comportamento e para que não impeça o avanço?

Acredito que podemos nos manifestar escrevendo, fazendo abaixo-assinados, indo às ruas quando há manifestações, fazendo marcha pela ciência, espalhando feiras de ciência por aí, tendo um trabalho dos cientistas junto às escolas fundamentais e médias. A SBPC tem o programa “SBPC Vai à Escola” que funciona muito bem, que contém uma ciência com linguagem mais para a criança e o adolescente, há muito material que pode ser feito, o problema é que somos poucos. Nós temos, na Amazônia inteira, a mesma quantidade de doutores que se tem na USP, quer dizer somos muito concentrados em alguns lugares e poucos em outros.

A senhora está como secretária regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Qual sua relação com a SBPC?

A SBPC é composta por um presidente, dois vices, um secretário-geral, três secretários e dois tesoureiros. Eu sou uma das secretárias. Eu namoro a SBPC desde os anos 1970, porque sempre foi um fórum legítimo de resistência aos ditames da ditadura. A SBPC ocorria dentro das universidades e, no tempo da ditadura, as universidades eram o único solo em que polícia e Exército não entravam, o que hoje não existe mais isso. Era o refúgio onde se podia falar, ter liberdade de pensamento e traçar rumos que a gente acreditasse. Semana passada tivemos membros do Exército filmando palestras sobre determinados assuntos, teve gente que se sentiu intimidada. Eles estavam participando também e nunca foram hostis, sempre foram cordiais. Eu estou acostumada com o Exército daqui que é social, que leva serviços aonde o Estado não chega, que dá dignidade para as pessoas. Para mim, é complicado ver aquele tipo de comportamento.

Nessa semana a Terra chegou à sobrecarga, que é quando consumimos os recursos naturais de um ano. Ainda podemos reverter os danos ou preservar o que resta? Há muitas maneiras, a ciência já desenvolveu muitas metodologias de sustentabilidade, o lixo reciclável, alternativas ao plástico. O plástico foi um grande avanço para a sociedade em termos de higiene e serviço. Há outros materiais mais naturais facilmente degradáveis, como as resinas. Mas não podemos esquecer que ele vem da indústria do petróleo e assim como ela faz um lobby contra o álcool ou outro tipo de energia para mobilizar carro, vai fazer lobby contra deixar o uso de plástico, óbvio.

O presidente sinalizou para a liberação de extração de minérios em terras indígenas. Que impactos isso nos causaria?

É um retrocesso. Nós somos um dos últimos redutos da terra onde ainda há várias línguas indígenas, várias tribos que não se misturaram com o homem branco, essas tribos têm culturas e modo de viver próprios que ajudam a manter o ambiente saudável. Se você perde muita madeira, muita floresta, vai substituindo por outros tipos de planta que não tem o mesmo efeito de captura de CO₂ nem o mesmo nível de fotossíntese. Por enquanto a floresta é ainda uma salvaguarda para o aquecimento global

O MEC lançou o programa Future-se, que visa a inserção de verba privada nas pesquisas. Esse é um caminho para as universidades?

A inserção é interessante desde que a busca seja feita pela universidade. Não pode ter contingenciamento de verbas públicas para a pesquisa e deixar que as empresas determinem o que as universidades têm que fazer. A Unicamp e Ufscar tem parcerias com empresas e é muito bacana, mas desde você descobrir o princípio ativo de uma planta até a ponta da fábrica que vai comprar aquela fórmula, industrializar e vender, vai todo um trabalho de financiamento que tem que ser público, porque nenhuma fábrica vai financiar o estudo básico.

Esse tipo de política seria interessante para as pesquisas sociais e de humanas? Não, porque o governo não entende que a base cultural de um país é importante para que ele desenvolva. A filosofia e a ética promovem um conhecimento científico importante para profissões como medicina, odontologia, que lidam com seres humanos.

A volta do Centro de Biotecnologia da Amazônia para a Suframa garante desenvolvimento local?

Eu sei que houve muito trabalho e não se agora tudo retrocedeu, o CBA voltou para a

Suframa, quem sabe agora o Ministério contrata pesquisadores. O CBA existe como estrutura, mas não existe no papel. Legalmente, ele não tem CNPJ. Eu não sei qual é a filosofia desse governo quanto ao CBA nem à Amazônia. Da Amazônia já deu para ver que é uma desconstrução de tudo o que a gente vinha trabalhando pra não acontecer.

Qual o impacto social de ter o Bosque da Ciência fechado para visitação? Impacta muito. O Bosque foi criado como forma de divulgação científica para as crianças, para estimular o conhecimento, e o Bosque sendo fechado é um desserviço. O Bosque não foi criado para turismo, ele é um bom ponto turístico, mas ele foi criado com o intuito de educação ambiental, mostrar para a criança que não existe leão aqui, existe onça.

Perfil

Nome: Vera Maria Fonseca de Almeida e Val

Idade: 62 anos

Estudos: Bióloga, Mestre em Ecologia e Recursos Naturais, Doutora em Biologia de Água Doce, e Pós-doutora em Adaptação de Peixes, pela Universidade de Columbia.

Experiência: Pesquisadora do INPA, professora, coordenadora do doutorado em Biologia, secretária da SBPC.

topo ↕

FOLHA PA - TEMPO REAL

Relacionamento com a sociedade é um dos temas da reunião de dirigentes

A segunda reunião de dirigentes de 2019 aconteceu nos dias 30 e 31 de julho, no campus da USP em Bauru

Nos dias 30 e 31 de julho, a Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) sediou a segunda reunião de dirigentes de 2019. Além do reitor Vahan Agopyan e do vice-reitor Antonio Carlos Hernandez, o encontro teve a participação dos pró-reitores, superintendentes, diretores e vice-diretores de todas as Unidades da USP.

O encontro é uma oportunidade para os dirigentes apresentarem e discutirem os rumos e os projetos desenvolvidos na Universidade. Nessa edição, um assunto destacado pelo reitor Vahan Agopyan foi a importância da terceira missão das universidades de pesquisa.

“Nos últimos anos, grandes universidades do mundo todo têm debatido sobre a necessidade de entender melhor e fortalecer a chamada terceira missão, que está relacionada com a interação mais intensa das instituições com a sociedade e não se restringe apenas às ações de cultura e extensão. Trata-se de estabelecer parcerias mutuamente benéficas, baseadas na transferência de conhecimento, no empreendedorismo e no engajamento com o desenvolvimento regional”, explicou o reitor.

Segundo Agopyan, “desde a sua criação, a USP sempre teve a extensão como uma de suas missões, mas, nos dias atuais, torna-se fundamental mostrar e explicar para a sociedade que não somos apenas prestadores de serviço e o que fazemos aqui é procurar respostas para os problemas sociais”.

Outro assunto abordado na reunião foi a decisão da Universidade que restringe os salários ao valor do teto constitucional (leia nota publicada sobre o assunto). após amplo debate sobre o tema, os diretores presentes à reunião tiveram a iniciativa de elaborar

uma nota de apoio ao reitor, manifestando publicamente a compreensão em relação à decisão.

Projetos

O vice-reitor Antonio Carlos Hernandez apresentou a evolução de programas como o USP Municípios e o USP Eficiente, e mencionou como a Universidade tem participado do Programa Educa SP, desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Hernandes também falou sobre o estudo desenvolvido sobre a marca institucional USP; sobre a implantação de um Centro de Serviços Compartilhados em RH no campus da Capital; e sobre a criação de um Departamento de Controle de Contratos e Convênios ligado à Coordenadoria de Administração Geral (Codage).

O diretor do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi), Jackson Cioni Bittencourt, apresentou a proposta para a criação da Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica, que prevê ações voltadas para o planejamento da reestruturação de atividades e acervos; a promoção de espaços de aprendizado e pesquisa; o desenvolvimento de coleções digitais; e o estímulo ao acesso aberto.

Projetos das Pró-Reitorias

O pró-reitor de Graduação, Edmund Chada Baracat, falou sobre as iniciativas da Pró-Reitoria para analisar e avaliar os índices de evasão na USP e de desvinculação de cursos ou de Unidades. Entre as ações está o mapeamento dos cursos com diminuição da relação candidato por vaga, a criação de Grupos de Trabalho para estudar a evasão, a reformulação das carreiras e a criação de indicadores de qualidade do ensino de Graduação.

Ainda sobre o tema, o diretor da Escola de Engenharia de São Carlos, Edson Cezar Wendland, apresentou o resultado de uma análise realizada sobre a evasão nos últimos dez anos na Escola.

Em seguida, o pró-reitor de Pós-Graduação, Carlos Gilberto Carlotti Junior, apresentou a proposta de reformulação da Pós-Graduação que está sendo encaminhada para a **Capes** e que prevê a reorganização da distribuição das bolsas de mestrado e doutorado.

Carlotti também falou sobre a avaliação interna e externa dos programas de pós-graduação e fez um balanço do primeiro semestre do Programa Institucional de Internacionalização da **Capes** (PrInt). Para encerrar, ele anunciou que, no dia 13 de setembro, será realizado um grande evento em comemoração aos 50 anos da Pós-Graduação na USP.

Sobre as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, o pró-reitor Sylvio Roberto Accioly Canuto destacou a recente publicação do Guia de Boas Práticas Acadêmicas, com informações sobre ética e integridade em pesquisa de forma sintética e acessível; o resultado do Prêmio de Excelência para Novas Lideranças em Pesquisa, que será divulgado no dia 16 de agosto; o edital de Apoio a Novos Docentes 2019; e o evento que acontecerá no final de agosto para discutir a Ciência Aberta.

Encerrando a participação dos pró-reitores, a pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, fez um balanço do edital de Empreendedorismo Social, que selecionou 32 projetos para fortalecer a interação da Universidade com a sociedade, e falou sobre o andamento de projetos da Pró-Reitoria como o Traillers USP na Comunidade e a adequação do sistema Apolo.

A pró-reitora adjunta Margarida Maria Krohling Kunsch apresentou a nova Revista USP INTEGRAção, criada para ser um instrumento de divulgação das ações de cultura e extensão promovidas não só pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, mas de toda a Universidade.

Debates

Dando continuidade a questões levantadas em reuniões anteriores, os dois grupos de trabalho apresentaram sugestões e novos pontos para discussão.

A diretora da Escola Politécnica, Liedi Legi Bariani Bernucci – que presidiu o Grupo de Trabalho responsável pelo estudo sobre a distribuição dos 250 claros docentes às Unidades de Ensino e Pesquisa, Institutos Especializados e Museus da USP – detalhou diretrizes e parâmetros que poderão subsidiar a Comissão de Claros Docentes.

Em relação ao papel dos Departamentos na USP, o coordenador do Centro de Inovação da USP (Inova), Luiz Henrique Catalani, apresentou o resultado dos debates desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho que analisou o assunto.

[topo](#)

O PRESENTE - TEMPO REAL

Comissão externa debate critérios de priorização de financiamento público

A comissão externa criada na Câmara dos Deputados para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação realiza audiência pública nesta quinta-feira (8).

A pedido da deputada Tabata Amaral (PDT-SP), a comissão irá discutir os critérios de priorização de financiamento público e de livre desenvolvimento da pesquisa na área de ciências sociais e humanas.

“Dados os anúncios de contingenciamento na área de educação e declarações do Ministro da Educação de não priorizar fomento de pesquisa em área de ciências sociais e humanas, a audiência pública busca debater como isso vem sendo tratado internamente pelos órgãos fomentadores e quais os possíveis impactos na produção de conhecimento na área para o País”, explica Tabata Amaral, que é coordenadora da comissão.

Convidados

Foram convidados para o debate:

- a presidente da Associação Brasileira de Ciências Políticas, Flávia Biroli;
- o diretor da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, Adriano Correa;
- a presidente substituta da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

Superior (Capes), Sônia Nair Bao; e

– representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Com Câmara dos Deputados

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Comissão externa debate critérios de priorização de financiamento público

A comissão externa criada na Câmara dos Deputados para acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos do Ministério da Educação realiza audiência pública nesta quinta-feira (8).

A pedido da deputada Tabata Amaral (PDT-SP), a comissão irá discutir os critérios de priorização de financiamento público e de livre desenvolvimento da pesquisa na área de ciências sociais e humanas.

“Dados os anúncios de contingenciamento na área de educação e declarações do Ministro da Educação de não priorizar fomento de pesquisa em área de ciências sociais e humanas, a audiência pública busca debater como isso vem sendo tratado internamente pelos órgãos fomentadores e quais os possíveis impactos na produção de conhecimento na área para o País”, explica Tabata Amaral, que é coordenadora da comissão.

Convidados

Foram convidados para o debate:

- a presidente da Associação Brasileira de Ciências Políticas, Flávia Biroli;
- o diretor da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia, Adriano Correa;
- a presidente substituta da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, Sônia Nair Bao; e
- representante do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A audiência está marcada para as 10 horas, no plenário 5.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

10 perguntas e respostas sobre estudar fora

As dúvidas sobre Estudar Fora são sempre as mais variadas. Mas, seguem abaixo 10 perguntas e respostas que resumem muitas dessas interrogações para todas as pessoas que gostariam de embarcar nessa aventura, não importando a idade ou o objetivo. Espero que você encontre a orientação que busca!

1. Estudar fora é uma experiência válida para qualquer pessoa?

Sim. Qualquer pessoa interessada em conhecer o mundo e se aprofundar por um período de tempo em uma outra cultura pode e deve estudar fora. As ofertas são as mais variadas: cursos breves de idiomas, cursos/intercâmbios de férias, au pair (babá), trabalho voluntário, intercâmbios de High School (ensino médio), cursos de graduação e de pós-graduação.

2. Há uma idade mínima e uma idade máxima para estudar fora?

Não. Tudo depende da sua disposição e interesse.

Mas, no caso da idade mínima, é mais recomendável pensar em fazer um intercâmbio a partir dos 15/16 anos, quando se está um pouco mais maduro para compreender e aproveitar tudo o que uma experiência desse tipo pode oferecer. Especialmente se vai passar um semestre fora.

Idade máxima? Não há nenhuma restrição!

3. Como escolher a cidade onde quero estudar fora?

Pensando no seu perfil, nos seus objetivos e nos seus recursos financeiros. Comece pensando... A experiência será rica em qualquer lugar, mas é preciso escolher bem a cidade. Pessoas que preferem grandes centros urbanos às vezes tem dificuldade em se adaptar à cidades pequenas. E vice-versa. Visite virtualmente as cidades onde pretende estudar, leia a respeito, se informe.

4. Devo programar minha experiência internacional com antecedência?

Sim. É recomendável começar a se preparar com um ano de antecedência. Assim terá tempo para analisar todas as possibilidades e escolher com calma. Especialmente se pensa em passar mais de seis meses fora. Nesses casos você provavelmente terá que fazer exames (idiomas, GMAT, GRE), organizar seus documentos escolares (histórico escolar) e, para quem vai fazer uma pós-graduação, solicitar cartas de recomendação e preparar “essays”.

5. O meu desempenho escolar terá um impacto nas minhas opções de estudo fora do Brasil?

Sim. De um modo geral, quanto melhor aluno você for e quanto mais altas forem as suas notas, mais fáceis serão as suas possibilidades. Não adianta querer estudar em uma universidade “top” se o seu desempenho escolar não reflete o que será solicitado de você.

Tenha em mente que há uma infinidade de escolas para estudar fora do Brasil e que adequar o perfil da universidade com o seu perfil como aluno é o melhor caminho.

6. A adaptação inicial é muito difícil?

Mais ou menos. Porque tudo é novo e você vai ficar muito ocupado resolvendo a sua vida na chegada. E vai viver um certo encantamento de finalmente ter conseguido realizar o seu sonho de estudar fora.

É claro que vai sentir muita diferença na forma como as coisas são feitas e resolvidas. Mas perceberá rapidamente que, se for flexível e receptivo, sua adaptação à nova vida será mais tranquila.

7. Devo saber falar bem o idioma local antes de viajar?

Depende.

Se você pretende fazer um curso de curta duração mais profissionalizante, um intercâmbio universitário de seis meses ou uma pós-graduação no exterior, a resposta é SIM. Nestes casos você terá inclusive que prestar exames de proficiência de idiomas antes de sair do país.

Se você pretende fazer um curso de idiomas para aprender melhor outra língua, a

resposta é NÃO.

No entanto, é sempre melhor ter uma base no idioma local antes de partir. Para minimamente poder se virar quando chegar.

8. É possível conseguir uma bolsa de estudos?

Sim. A oferta de bolsas de estudos para quem quer estudar fora é grande. Quem quer concorrer a uma bolsa de estudos tem que ficar ligado nas publicações de bolsas que são feitas por organizações internacionais, consulados e embaixadas, fundações, Blog da Tissen etc. E, se empenhar muito na leitura dos editais, organização dos documentos, ir bem nos exames...

Dá trabalho, é verdade. Os sites são às vezes confusos, também é verdade. Mas o esforço compensa e vale muito a pena!

Para conhecer várias oportunidades de bolsas de estudo, visite a página da Divisão de temas educacionais (DCE) do Ministério das Relações Exteriores. Explore também o post Bolsas de Estudo no Exterior: Oportunidades publicado aqui no Blog da Tissen.

9. É muito caro Estudar fora?

Existem opções para todos os bolsos, é claro. E há oportunidades como bolsas de estudo, concursos que oferecem um tempo de estudo fora e o Programa Ciência sem Fronteiras que tem aberto esse caminho para muitos estudantes brasileiros.

Se você escolher uma universidade top em uma cidade grande, a empreitada não será barata. Por causa dos custos da escola e de vida. Mas, se escolher uma cidade menor, certamente poderá ajustar seus custos de uma forma mais razoável. Por isso é tão importante ajustar o seu perfil pessoal às suas intenções.

Lembre-se: às vezes a gente quer muito estudar fora num determinado momento da vida mas não tem os recursos para levar o plano adiante. Isso não quer dizer que você nunca poderá viver essa experiência. Muitas vezes fazer uma parte do Mestrado fora ou um Doutorado sanduíche no exterior são a solução para realizar este sonho. Ou, mais adiante, fazer um curso de verão especificamente voltado para um interesse pessoal se torna uma possibilidade. Se você se planejar, acontece.

10. O que eu ganho com a experiência de estudar fora?

Muito. Estudar fora vai expor você a ambientes multiculturais, a pessoas de diferentes origens, novas formas de fazer as coisas e de entender o mundo. Você aprenderá a se virar e se tornará uma pessoa mais flexível, mais aberta ao novo, capaz de tomar decisões por conta própria. E vai amadurecer muito – não importa em que idade decida fazer isso – ao perceber a relatividade das coisas em um mundo que é grande e diverso.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Contrato suspenso por Weintraub trava R\$ 130 milhões para escolas-piloto
Embora disponíveis, recursos não podem ser transferidos porque desenvolvimento de sistema informatizado foi interrompido**

BRASÍLIA e RIO — O Ministério da Educação (MEC) está com repasses travados, de cerca de R\$ 130 milhões, destinados a 3.519 escolas em todo o país que participam do programa federal de apoio à implementação do Novo Ensino Médio .

O problema, no entanto, não é falta de dinheiro. Embora disponíveis, os recursos não podem ser transferidos porque o desenvolvimento de um sistema informatizado foi interrompido após o ministro Abraham Weintraub romper o acordo de cooperação que a pasta tinha com a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

As unidades que receberiam essa verba são chamadas escolas-piloto. O dinheiro seria usado na flexibilização do currículo — uma das bases do Novo Ensino Médio, que compreende a elaboração de itinerários formativos e oferta de disciplinas eletivas — e na formação de professores para esse novo modelo.

Na prática, a verba bancaria a aquisição de materiais de consumo, contratação de serviços, reparos na infraestrutura escolar e compra de equipamentos e mobiliários. O Novo Ensino Médio, estabelecido por medida provisória em 2017, será implantado nessas escolas já em 2020, e no restante da rede em 2021.

— As atividades que estão fora do currículo regular geram um custo que seria coberto por esse dinheiro — conta Vitor de Angelo, secretário estadual de Educação do Espírito Santo, estado que tem 16 escolas-piloto. — Enquanto ele não vem, seguimos com os nossos trabalhos de planejamento. Quando a verba sair, faremos as compras.

Weintraub anunciou, no início de julho, que estava rompendo unilateralmente a parceria entre o MEC e a OEI porque o contrato não teria respeitado ritos formais. Com a decisão do ministro, foram dispensados 89 consultores que prestavam serviços ao ministério contratados pelo organismo internacional, dos quais 50 atuavam na área de tecnologia da informação.

Diversos sistemas em desenvolvimento ou em atualização ficaram sem suporte. Um deles é o que roda o programa Novo Ensino Médio. Sem ele, as escolas não podem enviar ao MEC as Propostas de Flexibilização Curricular — condição estabelecida em edital para a liberação da verba.

O programa informatizado é necessário para fazer a avaliação desses planos de ação. O projeto apresentado tem que estar alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) do Ensino Médio, aprovada no fim do ano passado. Só depois da validação dessas informações, por meio do sistema, os repasses são autorizados. Segundo técnicos, é inviável fazer todo esse trabalho manualmente, sem o apoio da ferramenta digital que estava em desenvolvimento.

O dinheiro do programa, cujo valor por unidade depende da quantidade de alunos, não é alvo de contingenciamento no MEC. A verba já está, inclusive, empenhada (fase da execução orçamentária que reserva o recurso para garantir o desembolso), mas com liberação travada.

O primeiro repasse (20% do valor) do Novo Ensino Médio foi realizado no último dia de 2018. As escolas aguardavam o segundo aporte no primeiro semestre deste ano. Também estava prevista uma terceira injeção de verba nas unidades. No total, o investimento é de R\$ 350 milhões. Somente Rio de Janeiro, São Paulo, Rondônia e Distrito Federal não aderiram ao programa.

Com a primeira parcela, por exemplo, a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio José Vitor Filho, em Cariacica, região metropolitana da Grande Vitória, conseguiu pagar a manutenção de algumas salas para as aulas de Projeto de Vida e comprou equipamentos como datashow e material didático.

— Conseguimos dar esse pontapé inicial com a verba que veio. Quando chegar a segunda parte, vamos reunir o conselho escolar para decidir como gastaremos — afirma a diretora Edma Luppi Batista Salomão, que ofereceu novidades no primeiro semestre.
— Tivemos eletivas de Nutrição e Fotografia que foram sucesso.

O MEC, em nota, atribui a indisponibilidade do sistema a “problemas herdados da gestão anterior”, sem informar quais seriam as falhas encontradas pela atual equipe. A pasta não respondeu aos questionamentos sobre a relação entre a saída dos consultores contratados pela OEI e a dificuldade tecnológica que impede os repasses às escolas.

Solução em ‘até dois meses’

A pasta acrescentou que está empenhada em buscar uma solução “em até dois meses”. Às escolas, o MEC tem prometido a verba para até o fim do mês.

Weintraub já afirmou que o modelo de parceria entre MEC e OEI contrariava normas previstas para a formulação dos acordos de cooperação com organismos internacionais. Ele disse que parâmetros formais foram desrespeitados, como o fato de os termos do acordo não terem sido analisados pela consultoria jurídica da pasta, e o projeto básico não ter sido elaborado pelo ministério. O MEC informou que, desde que o documento passou a vigorar, em 2008, R\$ 178 milhões foram transferidos à OEI.

O período de vigência do acordo engloba os governos Lula, Dilma e Temer. Neste período, os repasses aumentaram de R\$ 4,4 milhões (2008) a R\$ 37,4 milhões (2018). O resultado da apuração interna foi enviado para o Ministério Público Federal (MPF), Tribunal de Contas da União (TCU) e Controladoria-Geral da União (CGU), segundo o MEC.

O rompimento do acordo surpreendeu até a área técnica da pasta. Internamente, ele é visto com desconfiança e alguns acreditam que os motivos de Weintraub seriam ideológicos, por estabelecer uma suposta identificação do organismo com setores da esquerda.

Nos bastidores, comenta-se que o programa foi implementado sem irregularidades graves, como problemas na prestação de contas ou indícios de desvio de verbas.

Embora diga que sua prioridade à frente do MEC é o ensino básico, Weintraub não poupou a educação de crianças e adolescentes dos contingenciamentos e até de falhas internas, como a que atinge o Novo Ensino Médio.

Procurada, a OEI não respondeu a questionamentos específicos a respeito dos sistemas informatizados que estavam sendo desenvolvidos. O organismo internacional destacou, em nota, que “preza pelos princípios da transparência e da legalidade em todos os acordos firmados nos 23 países (...) em que atua” e defendeu que os acordos com o

governo brasileiro “estão criteriosamente em conformidade com a lei e normas deste país”.

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

UNE e mais de 186 entidades estudantis assinam nota contra o "Future-se" De acordo com o documento, o programa anunciado pelo MEC, chefiado por Abraham Weintraub, "significa retirar a autonomia didático-científica e administrativa das universidades". O projeto do governo aumenta a participação de verbas privadas no orçamento universitário

247 - A União Nacional dos Estudantes (UNE) e mais 186 entidades estudantis entre DCEs, Centros Acadêmicos e Uniões Estaduais dos Estudantes lançaram neste sábado (3) nota sobre o programa "Future-se" anunciado pelo Ministério da Educação (MEC) no último dia 17 de julho. A proposta do governo aumenta a participação de verbas privadas no orçamento universitário.

O documento da UNE ressalta a importância da autonomia das universidades federais, assim como sua independência do setor privado. Para os estudantes, o programa vai na contramão dos anseios e necessidades da educação pública brasileira, diminuindo a responsabilidade do financiamento público e sem nenhuma consulta prévia à comunidade acadêmica.

”A proposta de captação própria é uma entrega das universidades à uma dependência do setor privado e uma desresponsabilização do governo de financiamento público à educação superior. Isso também significa retirar a autonomia didático-científica e administrativa das universidades, para ficarem cada vez mais à mercê de interesses privados que buscarão retornos de seus investimentos, acabando com a base de financiamento público da universidade”, diz a nota.

Confira na íntegra:

NOTA DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES(UNE), DAS UNIÕES ESTADUAIS DOS ESTUDANTE(UYES) E DOS DIRETÓRIOS CENTRAIS DOS ESTUDANTES SOBRE O PROGRAMA “FUTURE-SE”

A cada dia que passa tem ficado mais nítido para a população brasileira que o Governo Bolsonaro tem colocado a Educação no centro de seus ataques. Desde o início do ano nenhuma proposta concreta de política pública para o avanço da educação e a solução dos problemas nessa área foi proposto, pelo contrário, há uma perseguição ideológica, a disseminação de ódio e mentiras contra as universidades, institutos federais, escolas, professores e estudantes, e verbas foram cortadas, tanto do ensino superior quanto do básico.

Mas foi também, a partir do setor da educação, especialmente dos estudantes, que se levantaram as principais manifestações de oposição às medidas do governo e sobretudo em defesa da nossa educação, de mais investimentos, de maior cuidado com nossas instituições, e de um projeto educacional que possa garantir um futuro de desenvolvimento social a nossa nação com formação de qualidade, ciência e tecnologia para um país soberano.

É nesse cenário que recebemos com grande indignação e repudiamos a proposta do

programa “Future-se” apresentado pelo Ministério da Educação no último dia 17 de Julho, estamos elaborando estudos mais apurados e detalhados acerca de todos os pontos desse projeto, mas inicialmente podemos destacar alguns motivos em geral que nos levam a essa posição:

1- O governo nem sequer dá respostas sobre o problema imediato das universidades e institutos federais e quer criar um programa para o futuro (qual futuro?). Ao apresentar esse projeto, o MEC pretende jogar para as universidades e institutos federais a responsabilidade de captação via setor privado, reduzindo as responsabilidades do financiamento público, em um momento que essas instituições sofreram um corte de 30% em seu orçamento e correm sérios riscos de terem suas atividades paralisadas no próximo semestre, além de diversas pesquisas que já estão paradas por falta de bolsas para que os estudantes continuem trabalhando.

2- O programa “Future-se” foi construído sem nenhum debate prévio com os setores que compõem a universidade: estudantes, professores, técnico-administrativos, reitores e pró-reitores. Fala-se em discussões com especialistas e empresários, mas em nenhum lugar se explícita quem são. Isso demonstra a que interesses servem a implementação desse projeto, certamente não são os da educação e do povo brasileiro. A criação da consulta virtual é, portanto, uma mera formalidade para apresentar um caráter democrático, mas que é notoriamente uma ferramenta superficial e insuficiente para esse debate, inclusive porque não se explica como será a análise das opiniões coletadas.

3- Não há transparência no debate público do projeto. Na apresentação feita aos reitores, à imprensa e também no documento disponível para a consulta pública, faltam alguns elementos importantes que constam na minuta do projeto de lei do “Future-se” e outros que o próprio ministro só expôs depois através de entrevistas à imprensa, como por exemplo a possibilidade de contratação de professores sem concurso público e por regime da CLT.

4- Um dos principais elementos omitidos é referente às responsabilidades das Organizações Sociais. O que não fica claro nas apresentações do MEC e no documento do “Future-se” é como as OSs poderão exercer atividades fim nas universidades, como contratação de professores, e gestão nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, e não só na gestão de serviços como energia, água, limpeza, etc. como se apontava inicialmente. Essa é a principal característica de uma verdadeira terceirização com rumo à privatização da universidade pública brasileira, pois cria uma verdadeira organização paralela dentro das instituições que atende a outros interesses, é o fim da autonomia universitária.

5- A proposta de captação própria é uma entrega das universidades à uma dependência do setor privado e uma desresponsabilização do governo de financiamento público à educação superior. Isso também significa retirar a autonomia didático-científica e administrativa das universidades, para ficarem cada vez mais à mercê de interesses privados que buscarão retornos de seus investimentos, acabando com a base de financiamento público da universidade. O que pode reduzir as áreas de pesquisa, ensino e extensão somente àquelas que agradem mais aos mercados que tenham interesse em financiar determinadas universidades.

6- É o fim da expansão das universidades e pode significar o desaparecimento das

federais no interior. Justamente porque uma dependência do setor privado irá forçar a concentração dessas instituições próximas dos grandes centros industriais e financeiros, criando inclusive grandes distorções regionais.

Por fim, entendemos que esse projeto se apresenta com uma máscara de muitas complexidades, entupida de conceitos empresariais, mas vazia de qualquer citação à projetos pedagógicos, categorias científicas e outros elementos fundamentais para uma universidade forte e que sirva ao povo brasileiro. Mas primeiro, por ignorância, repete uma série de atividades que já existem nessas instituições, como os reitores tem insistido, e em segundo propõe descaradamente, embora o ministério tente esconder, um projeto liberal e privatizante para a universidade brasileira, que inverte a lógica que seguimos em toda história da educação brasileira e que tem feito, com investimento público, das nossas universidades federais as melhores do país, responsáveis por grande parte da pesquisa brasileira e referências no mundo todo.

Seguiremos exigindo a devolução imediata das verbas da nossa educação e em defesa da universidade pública e gratuita, com garantia do tripé do ensino, pesquisa e extensão e que tenha um profundo enraizamento com a sociedade na garantia de melhorias para o nosso povo e a soberania do nosso país.

topo ↕

MIDIAMAX - TEMPO REAL

Inscrições para vagas remanescentes do ProUni começam nesta segunda

Prazo para inscrição varia de acordo com a situação do candidato

Estudantes matriculados ou não em uma universidade particular terão nova oportunidade de concorrer a uma das bolsas de estudo que não foram preenchidas no processo seletivo regular do ProUni (Programa Universidade para Todos) do segundo semestre.

As inscrições estarão abertas a partir desta segunda-feira (5) e vão seguir cronogramas diferentes de acordo com a situação do candidato: no caso, estudantes já matriculados podem se inscrever entre 05 de agosto e 30 de setembro. Já candidatos que não estão estudando podem se inscrever entre os dias 05 e 16 de agosto

A inscrição deverá ser feita na internet, no site do programa (<http://prouniportal.mec.gov.br/>). Diferente do processo seletivo regular, em que só podem participar os candidatos que realizaram a última edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), para concorrer às vagas remanescentes do ProUni o estudante pode ter participado de qualquer uma das edições do ENEM a partir de 2010.

As bolsas integrais são destinadas a estudantes com renda familiar bruta per capita de até um e meio salário mínimo. As bolsas parciais contemplam os candidatos que têm renda familiar bruta per capita de até três salários mínimos.

topo ↕

O ANTAGONISTA - BLOG

Convite sem resposta

Abraham Weintraub convidou o presidente recém-eleito da UNE, Iago Montalvão, para uma conversa na sede do MEC, em Brasília, nesta semana, informam Igor Gadelha e Caio Junqueira, na Crusoé.

O ministro ainda aguarda a resposta.

topo ↕

PORTAL ISTOÉ - TEMPO REAL

Governo quer recuperar defasagem no orçamento da Cultura

Para amenizar as críticas da comunidade artística em relação à incorporação das atividades da Cultura ao Ministério da Educação, o governo anunciou que pretende recuperar a defasagem no orçamento e até ampliá-lo para o exercício de 2017. As medidas foram anunciadas pelo ministro Mendonça Filho e pelo recém anunciado Secretário Nacional de Cultura, Marcelo Calero, que assume na próxima segunda-feira, 23.

Sob um discurso de que a fusão será benéfica aos artistas e produtores culturais, os dois disseram que estão abertos ao diálogo para minimizar o impacto das manifestações contrárias à extinção do Ministério da Cultura (MinC), que nos últimos dias têm acontecido em todo o País. “Apesar de alguns verem como algo negativo, insisto que a conjugação das pastas fortalecerá a política cultural. A educação pode facilitar e ampliar as oportunidades de fomento cultural”, disse Mendonça, afirmando que irá estabelecer parcerias com escolas de toda a rede pública.

Mendonça e Calero estiveram reunidos com o presidente em exercício, Michel Temer, na tarde desta quarta-feira, 18. O ministro afirmou que “está fora de hipótese” a recriação do MinC, “com todo respeito” às sugestões do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), que tentou convencer Temer de abdicar da fusão.

O ministro afirmou que, de 2015 para 2016, o orçamento para a cultura encolheu em 25% e há um acúmulo de restos a pagar na ordem de 1,5 bilhão. Para ele, essa é uma prova de que, isolado, o MinC “não tem obtido o sucesso desejado por quem faz cultura no Brasil.”

Uma das primeiras iniciativas da Secretaria será, de acordo com Calero, quitar dívidas com prestadores de serviços e com artistas e produtores que celebraram contratos com o MinC por meio de editais. Ele relatou que, da reunião com Temer, ficou acertado que a dívida de cerca de R\$ 235 milhões será paga em quatro parcelas. “Temos de restabelecer a dignidade dos fazedores de Cultura”, disse.

Mendonça afirmou que “não há necessidade de um ministério específico para se promover a cultura”, pois “não é a palavra ‘ministério’ que vai fazer diferença”. Disse, ainda, que há experiências de fusão bem sucedidas em outros países, que juntaram a pasta com Comunicações ou Turismo, por exemplo. Para ele, quando se discute cultura, “não há partido político ou oposição, pois os esforços são comuns.”

Calero utilizou sua formação como diplomata como o principal atributo para promover “a concórdia”. Afirmou, também, que um dos seus objetivos é valorizar os servidores de carreira e também minimizou possíveis desvantagens da fusão dos ministérios. “Muitas vezes, não conseguimos identificar a fronteira entre uma coisa e outra”, disse. Mendonça complementou que bibliotecas e grupos de teatro em escolas podem ser considerados instrumentos tanto de educação quanto de cultura.

Sobre a Lei Rouanet, Calero disse que há “distorções a serem corrigidas”, mas que não se pode “satanizar o principal instrumento de financiamento de cultura”. Mendonça reiterou que “está aberto a debates” para rever pontos da lei, caso a comunidade artística

não esteja satisfeita.

Para Calero, os atos em favor do MinC têm “absoluta legitimidade” e são “sinal claro da democracia”. Não considera que tais manifestantes constituam uma “barreira” à sua gestão. “Mas vamos dialogar com quem quiser dialogar conosco”, avisou. “A mobilização é importante pois gera compromissos por parte do poder público”. Ele elogiou, por exemplo, a ocupação do Palácio Capanema, no Rio: “Era um lugar asséptico e hoje está vivo.”

Calero foi escolhido para o cargo depois de pelo menos quatro mulheres negarem assumir o posto. Mendonça disse que vários altos cargos do MEC, como a secretaria-executiva e a chefia do gabinete, são ocupados por mulheres e que as orientações de Temer “são camisa de força para obrigar a colocar mulheres em todas as atividades relevantes” da pasta. “Estamos buscando gente competente, apenas”, disse o ministro.

FOLHA MT - NOTÍCIAS

Interação com a sociedade foi um dos temas da reunião de dirigentes

A segunda reunião de dirigentes de 2019 aconteceu nos dias 30 e 31 de julho, no campus da USP em Bauru

Nos dias 30 e 31 de julho, a Faculdade de Odontologia de Bauru (FOB) sediou a segunda reunião de dirigentes de 2019. Além do reitor Vahan Agopyan e do vice-reitor Antonio Carlos Hernandez, o encontro teve a participação dos pró-reitores, superintendentes, diretores e vice-diretores de todas as Unidades da USP.

O encontro é uma oportunidade para os dirigentes apresentarem e discutirem os rumos da Universidade e os projetos por ela desenvolvidos. Nessa edição, um assunto destacado pelo reitor Vahan Agopyan foi a importância da terceira missão das universidades de pesquisa.

“Nos últimos anos, grandes universidades do mundo todo têm debatido sobre a necessidade de entender melhor e fortalecer a chamada terceira missão, que está relacionada com a interação mais intensa das instituições com a sociedade e não se restringe apenas às ações de cultura e extensão. Trata-se de estabelecer parcerias mutuamente benéficas, baseadas na transferência de conhecimento, no empreendedorismo e no engajamento com o desenvolvimento regional”, explicou o reitor.

Segundo Agopyan, “desde a sua criação, a USP sempre teve a extensão como uma de suas missões, mas, nos dias atuais, torna-se fundamental mostrar e explicar para a sociedade que não somos apenas prestadores de serviço e que o que fazemos aqui é procurar respostas para os problemas sociais”.

Outro assunto abordado na reunião foi a decisão da Universidade que restringe os salários ao valor do teto constitucional (leia nota publicada sobre o assunto). Após amplo debate sobre o tema, os diretores presentes à reunião tiveram a iniciativa de elaborar uma nota de apoio ao reitor, manifestando publicamente a compreensão deles em relação à decisão.

Projetos

O vice-reitor Antonio Carlos Hernandez apresentou a evolução de programas, como o USP Municípios e o USP Eficiente, e descreveu como a Universidade tem participado

do Programa Educa SP, desenvolvido pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Hernandes também falou sobre outros temas, como o desenvolvimento de um estudo sobre a marca institucional USP, a implantação de um Centro de Serviços Compartilhados em RH no campus da Capital, e a criação de um Departamento de Controle de Contratos e Convênios ligado à Coordenadoria de Administração Geral (Codage).

O diretor do Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi), Jackson Cioni Bittencourt, apresentou a proposta para a criação da Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica, que prevê ações voltadas para o planejamento da reestruturação de atividades e acervos, a promoção de espaços de aprendizado e pesquisa, o desenvolvimento de coleções digitais e o estímulo ao acesso aberto.

Projetos das Pró-Reitorias

O pró-reitor de Graduação, Edmund Chada Baracat, falou sobre as iniciativas da Pró-Reitoria para analisar e avaliar os índices de evasão na USP e de desvinculação de cursos ou de Unidades. Entre as ações estão o mapeamento dos cursos com diminuição da relação candidato por vaga, a criação de Grupos de Trabalho para estudar a evasão, a reformulação das carreiras e a criação de indicadores de qualidade do ensino de Graduação.

Ainda sobre o tema, o diretor da Escola de Engenharia de São Carlos, Edson Cezar Wendland, expôs o resultado de uma análise realizada sobre a evasão nos últimos dez anos na Escola.

Em seguida, o pró-reitor de Pós-Graduação, Carlos Gilberto Carlotti Junior, apresentou a proposta de reformulação da Pós-Graduação que está sendo encaminhada para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e que prevê a reorganização da distribuição das bolsas de mestrado e doutorado.

Carlotti também falou sobre a avaliação interna e externa dos programas de pós-graduação e fez um balanço do primeiro semestre do Programa Institucional de Internacionalização da **Capes** (PrInt). Para encerrar, ele anunciou que, no dia 13 de setembro, será realizado um grande evento em comemoração aos 50 anos da Pós-Graduação na USP.

Sobre as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Pesquisa, o pró-reitor Sylvio Roberto Accioly Canuto destacou a recente publicação do Guia de Boas Práticas Acadêmicas, que oferece informações sobre ética e integridade em pesquisa de forma sintética e acessível; o resultado do Prêmio de Excelência para Novas Lideranças em Pesquisa, que será divulgado no dia 16 de agosto; o edital de Apoio a Novos Docentes 2019; e o evento que acontecerá no final de agosto para discutir a Ciência Aberta.

Encerrando a participação dos pró-reitores, a pró-reitora de Cultura e Extensão Universitária, Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, fez um balanço do edital de Empreendedorismo Social, que selecionou 32 projetos para fortalecer a interação da Universidade com a sociedade, e falou sobre o andamento de projetos da Pró-Reitoria como o Trailers USP na Comunidade e a adequação do sistema Apolo.

A pró-reitora adjunta Margarida Maria Krohling Kunsch apresentou a nova Revista USP INTEGRAÇÃO, criada para ser um instrumento de divulgação das ações de cultura e extensão promovidas não só pela Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, mas de toda a Universidade.

Debates

Dando continuidade à análise de questões levantadas em reuniões anteriores, dois grupos de trabalho apresentaram sugestões e novos pontos para discussão.

A diretora da Escola Politécnica, Liedi Legi Bariani Bernucci – que presidiu o Grupo de Trabalho responsável pelo estudo sobre a distribuição dos 250 claros docentes às Unidades de Ensino e Pesquisa, Institutos Especializados e Museus da USP –, detalhou diretrizes e parâmetros que poderão subsidiar a Comissão de Claros Docentes. Em relação ao papel dos Departamentos na Universidade, o coordenador do Centro de Inovação da USP (InovaUSP), Luiz Henrique Catalani, apresentou o resultado dos debates desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho que analisou o assunto.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Estamos prevendo um tempo não muito alvissareiro à ciência', diz pesquisadora Secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Vera Val aponta os prejuízos que podem ser causados à produção científica do País por conta do corte de verbas promovido pelo governo federal

Corte de verbas, suspensão de bolsas, dúvidas sobre pesquisas reconhecidas internacionalmente. Estes são alguns dos fatos enfrentados por pesquisadores brasileiros neste ano.

A pós-doutora e secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Vera Val, conversou com o A CRÍTICA sobre os temas, e analisou os caminhos da Ciência e pesquisas no Brasil.

Como a senhora vê a Ciência, hoje, no Amazonas e no Brasil?

Eu ainda vejo a Ciência no Amazonas bem de ponta, mas em outros setores muito aquém do que é feito no resto do país, e ainda dependente de uma comunicação maior, da instalação de ambiente acadêmico maior. Avançou muito nesses 35, 40 anos, inclusive porque o avanço de tecnologia aumentou muito, as agências de fomento criaram mecanismos como o banco de periódicos da **Capes**, que a gente pode baixar e ler na hora. Antigamente, tinha que esperar revistas, e havia um delay. Agora é instantâneo e isso facilita muito para os nossos estudantes.

Os governos propiciam uma ambiente favorável para a Ciência?

Não. Nós estamos prevendo um tempo não muito alvissareiro para Ciência e Tecnologia. Houve muitos cortes, cortes de bolsas, cortes orçamentários, há algumas notícias muito assustadoras, como a que ouvimos semana passada na SBPC, que a partir de setembro não haverá mais dinheiro para pagar as bolsas, isso significa que mais de 60% dos nossos estudantes de pós-graduação vão ficar sem bolsa para estudar, muitos pós-doutorandos, que estão contribuindo com a produção científica também. A gente

está sobressaltado. A SBPC, por exemplo, tem lutado contra isso, o presidente da SBPC e da Academia Brasileira de Ciências disseram que não vão permitir esse estrangulamento, vamos lutar até o fim, mas é muito complicado. Nós não podemos assumir uma posição político-partidária, somos associados que têm diversidade de pensamentos, temos é que defender que sem a educação nada de bom acontece no país. Nosso equilíbrio social aqui ainda é um dos maiores do país, temos grandes riquezas, grandes latifúndios concentrados em poucas pessoas e muitas que vivem na linha da pobreza.

Leia na íntegra: A Crítica

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Governo Bolsonaro coloca a ciência nas trincheiras

Em artigo para a Folha de S. Paulo, Marcelo Leite, jornalista especializado em ciência e ambiente e autor de “Ciência – Use com Cuidado”, escreve que CNPq foi criado sob liderança de um almirante e que 70 anos depois, capitão comanda a aniquilação da soberania nacional em pesquisa

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) foi criado em 1949 por um presidente militar, general Eurico Gaspar Dutra, após movimento liderado entre outros pelo almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva. No governo do capitão Jair Messias Bolsonaro (PSL), o conselho pode ter de suspender 84 mil bolsas de pesquisa no mês que vem.

Faltam R\$ 340 milhões para o CNPq honrar seu compromisso com esses cientistas. Não foi Bolsonaro quem criou tamanha restrição fiscal, verdade, mas está em suas mãos impedir que a estreiteza das planilhas sufoque uma atividade essencial para o país.

Em 2018, o orçamento do CNPq ficou em 55% do que era quatro anos antes. Na Finep, órgão federal que financia inovação, 54% da média de 2010 a 2013. Na **Capes**, que concede 200 mil bolsas de pós-graduação e formação de professores, estimados 89% do dispêndio de 2014.

Veja o texto na íntegra: Folha de S. Paulo

O Grupo Folha não autoriza a reprodução do seu conteúdo na íntegra para quem não é assinante. No entanto, é possível fazer um cadastro rápido que dá direito a um determinado número de acessos.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Bolsa Família - sistema do MEC está fora do ar e não há quem o conserte - Weintraub demitiu os técnicos de TI

Uma das muitas condições para que uma família receba o Bolsa Família é, como se sabe, a frequência escolar mínima das crianças. Em 1º de agosto, o sistema foi aberto aos municípios para que possa ser feito o registro de presença de 14 milhões de alunos, de 6 a 17 anos.

Só que o sistema... não funciona. E nem há quem o conserte. Os técnicos de TI responsáveis por ele foram demitidos - em 4 de julho, Abraham Weintraub anunciou no Twitter a anulação dos contratos que, nas palavras dele ele, vinham sendo renovados

"de forma irregular".

Segue...

Ou seja: a frequência dos beneficiários do Bolsa Família não está sendo registrada porque a área de TI do MEC não tem estrutura para manter o sistema de pé. Como a culpa é do MEC, as famílias (espera-se) não deixarão receber o benefício, mas perde-se uma informação valiosa como os motivos que levam à baixa frequência, por exemplo, usados na elaboração de políticas de combate à evasão escolar.

E mais...

Os municípios recebem um repasse do governo (o nome é IGD-M) que leva em conta, entre outras coisas, a performance de cada um no registro de presença: quem consegue informar a frequência escolar de todos os alunos beneficiários recebe um valor maior do que quem informa só a metade, por exemplo.

Sem essa informação, como será feito o cálculo do repasse?

topo ↕

CONFAP - TEMPO REAL

Pesquisador apoiado pela Fapeal conquista edital em parceria com a Alemanha e traz evento internacional para Alagoas

Os pesquisadores de Alagoas tem conquistado com frequência reconhecimento internacional pelo seu trabalho. O nome da vez é o professor Ig Ibert Bittencourt, que galgou espaço cativo no cenário de tecnologias ligadas à educação. O estudioso é reconhecido por seus trabalhos inovadores como a plataforma de estudos Meu Tutor e através dos eventos científicos internacionais de que participa.

Todas estas iniciativas foram apoiadas pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (Fapeal), que pleiteou o edital Tecnova AL a fim de fortalecer a atividade inovadora local. Mas também, por meio da chamada de Auxílio à Organização de Eventos Científicos (AORC), que cria uma verdadeira programação de reuniões acadêmicas em Alagoas.

Agora, o docente da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), foi aprovado num edital da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** em parceria com instituições alemãs, para realizar o Bragfost. O evento é um simpósio binacional, que executa suas edições um ano no Brasil e outro na Alemanha. Este programa reúne 60 jovens pesquisadores de ambos os países para discutir os desafios do conhecimento.

“O intuito é selecionar pesquisadores no desenvolvimento de suas carreiras, que tenham o potencial de liderar a pesquisa no país nas próximas décadas, e aí consequentemente fortalecer a cooperação Brasil-Alemanha entre estes pesquisadores”, explica Ig Ibert. O papel dele será o de coordenar todo este processo.

O professor alega que, dado o evento, pode-se esperar uma colaboração mais assertiva entre os países, contribuindo para a visibilidade científica de Alagoas. Mais uma vez, o cenário internacional de pesquisa se voltará à região, enxergando sua produção tecnológica em educação.

Um dos itens considerados para a seleção do professor no edital federal foi a força da Universidade, ou seja, os estudos produzidos na Ufal têm repercutido seus resultados no

contexto da pesquisa global. Isto demonstra o potencial apresentado por Alagoas em competir com outras universidades brasileiras conquistando espaço na liderança de trabalhos.

“A minha expectativa é que Alagoas se torne um grande centro de tecnologia educacional no país, então da mesma forma que Pernambuco se tornou. Há a possibilidade que ao longo dos anos Alagoas se torne um centro robusto de tecnologias educacionais para o país, sendo reconhecido por todo ecossistema”, pontua o pesquisador.

O acadêmico complementou citando que algumas ações já são reconhecidas, pois o Ministério da Educação (MEC) já compreende o estado como um eixo estratégico, além de diversas universidades e sociedades científica e entidades do terceiro setor, que têm a mesma visão:

“Então Alagoas possui habilidades de futuramente concretizar um amplo planejamento da sua produção tecnológica nos métodos de aprendizagem”. pontua Ibert. Este pode ser um caminho a ser focado para dar mais visibilidade e perspectiva para as universidades e trabalhos locais.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

MPF do RN pede que Justiça mantenha ministro da Educação como réu em ação por danos morais

União e defesa pediram à Justiça retirada do nome de Abrahan Weintraub do polo passivo. Ação foi aberta após declarações, como quando sugeriu que instituições federais do RN substituíssem terceirizados por alunos.

O Ministério Público Federal (MPF) se posicionou pela manutenção do ministro da Educação, Abraham Weintraub, na lista de réus da ação civil pública (ACP) por danos morais coletivos decorrentes de declarações desde que ele assumiu a pasta, em abril deste ano. Além do ministro, a União também foi incluída como réu na ACP, que trata das falas sobre as universidades públicas.

De acordo com a denúncia, que pede indenização de R\$ 5 milhões - os danos morais coletivos foram causados à honra e à imagem de alunos e professores das Instituições Públicas Federais de Ensino através de declarações públicas do ministro. Dentre elas, uma feita em entrevista no dia 30 de abril - de que “universidades que, em vez de procurar melhorar o desempenho acadêmico, estiverem fazendo balbúrdia, terão verbas reduzidas”. Para o MPF, a fala demonstrou “clara vontade discriminatória por parte do réu”.

A União e a defesa do ministro apresentaram contestação na qual relacionam oito casos que justificariam a retirada de Weintraub do polo passivo da ACP. No entanto, o MPF considerou em sua réplica - assinada pelo procurador da República Emanuel Ferreira, sediado em Mossoró (RN) - que tais precedentes tratam de ações movidas por particulares e com contextos bastante diferentes.

No caso da ACP relacionada às universidades, o autor da ação - o Ministério Público Federal - afirmou que possui o dever constitucional de proteger o patrimônio público. “Sendo assim, o MPF, demonstrando o dolo ou culpa do agente público, tem o dever de acioná-lo diretamente.” Caso a ação se voltasse unicamente contra a União, observa a

réplica, uma possível condenação traria prejuízo ao poder público, até que uma eventual ação regressiva fosse movida pela União contra o ministro.

“Tal postura (acionar apenas a União) não é a mais adequada, ainda mais porque colocaria os professores e alunos, indiretamente e através do orçamento da União, como responsáveis pelo pagamento da indenização”, afirma o procurador.

O G1 aguarda posicionamento do Ministério da Educação sobre o assunto.

Outro argumento utilizado na contestação e que o Ministério Público Federal refutou seria o “temor” que a ação poderia causar ao agente público. “O MPF age com responsabilidade, instruindo adequadamente suas investigações e atuando de maneira extremamente técnica. Com essas garantias e responsabilidades, somente o gestor que pratica ato ilícito com dolo ou culpa merece se preocupar com a atuação ministerial”, disse o MPF.

Somente após a análise da contestação dos réus e da réplica do MPF, a Justiça deve agendar uma audiência de instrução, na qual as partes devem começar a debater as questões relativas ao mérito do processo, que tramita na Justiça Federal.

Declarações do ministro

Outra declaração do ministro apontada nos autos foi dada durante reunião com reitores e membros da bancada parlamentar do Rio Grande do Norte, quando ele disse que o serviço de limpeza na Ufersa, UFRN e IFRN – ameaçados pelos cortes nos orçamentos - poderiam ficar a cargo dos centros acadêmicos e dos diretórios centrais dos estudantes. Para o MPF, além de tal medida ser ilegal a “proposta parte da premissa inafastável de que, para Sua Excelência, os respectivos alunos são desocupados, não realizando a contento as atividades de ensino, pesquisa e extensão a ponto de ostentarem tempo livre para, ilegalmente, exercerem tarefa que cabe à Administração”.

Para o MPF, as condutas do titular do MEC foram discriminatórias, não estando protegidas pela liberdade de expressão, pois mancham a honra e a imagem pública dos professores e alunos. “O tom jocoso utilizado, com claro interesse de humilhar os estudantes, somente pode ser compreendido quando analisado o contexto global em que a fala foi proferida, no contexto da conturbada relação com as instituições de ensino”, resume.

topo 

G1 - TEMPO REAL

UFRJ pode interromper atividades ainda este mês, diz reitora

Em julho, universidade recebeu R\$ 15 milhões dos R\$ 25 milhões previstos.

Reitora diz que verba não é suficiente para manter sequer a alimentação nos nove hospitais universitários.

A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Pires de Carvalho, afirmou nesta segunda-feira (5) que a instituição corre o risco de paralisar algumas atividades, como cirurgias no hospital universitário, ainda este mês. O semestre letivo começou nesta segunda-feira.

Denise explicou que, em julho, a UFRJ recebeu R\$ 15 milhões para despesas de custeio - as despesas discricionárias -, quando a parcela esperada era de R\$ 25 milhões. A redução foi de 40%.

O G1 está entrando em contato com o Ministério da Educação e acrescentará o posicionamento tão logo a resposta chegue.

A redução da verba fora determinada pelo governo federal. No dia 30 de julho, o governo publicou, em edição extraordinária do "Diário Oficial da União", o decreto de programação orçamentária com o detalhamento do chamado contingenciamento (bloqueio) de mais R\$ 1,44 bilhão em gastos no Orçamento de 2019. Os ministérios da Educação e Cidadania foram os mais prejudicados.

A pasta da Educação teve um bloqueio de R\$ 348,47 milhões, o que equivale a 24,1% do seu orçamento.

‘Os serviços param’

Este corte de 40%, sublinha a reitora da UFRJ, ameaça também as atividades pedagógicas, pois os serviços de segurança patrimonial e limpeza dos câmpus podem ser interrompidos por falta de pagamento.

“Nossa situação é dramática. Esses problemas já podem começar a acontecer ainda no mês de agosto com a descontinuidade dos contratos de limpeza e segurança e, o que é ainda mais dramático, da alimentação dos restaurantes universitários e também dos nossos nove hospitais”, afirmou.

Denise se mostrou mais preocupada com a área da saúde.

"Não só no nível ambulatorial, que também sofre com a falta de limpeza e segurança, mas também dos pacientes internados. São muitas cirurgias por dia que podem ser descontinuadas, caso a alimentação também tenha que ser descontinuada na nossa universidade", destacou.

Na sexta-feira (2), Denise já havia adiantado que ainda tenta sensibilizar o MEC para conseguir a liberação dos R\$ 10 milhões relativos ao custeio da universidade e evitar que a instituição pare de funcionar.

“Pelos contratos [com a universidade], serviços de manutenção são suspensos quando ficam três meses sem receber. A luz, nós já conseguimos pagar, mas precisamos que o MEC libere os R\$ 10 milhões restantes para que possamos pagar as despesas de custeio. Já estamos com atraso de dois meses. Se esse dinheiro não entrar, os serviços param”, disse a reitora.

Sequência de cortes

Em abril, o Ministério da Educação (MEC) já havia bloqueado parte do orçamento das 63 universidades e dos 38 institutos federais de ensino do país. Na UFRJ, o corte chegou a 41% do orçamento previsto.

Segundo o governo, o corte foi aplicado sobre gastos não obrigatórios, como água, luz, terceirizados, obras, equipamentos e realização de pesquisas. Despesas obrigatórias, como assistência estudantil e pagamento de salários e aposentadorias, não foram afetadas.

No total, o corte promovido no final de abril, considerando todas as universidades, é de

R\$ 1,7 bilhão, o que representa 24,84% dos gastos não obrigatórios (chamados de discricionários) e 3,43% do orçamento total das federais.

topo ↕

SEGS - PORTAL NACIONAL - TEMPO REAL

Pesquisa revela contaminação por antibióticos em rios paranaenses

Brasil é 19º maior consumidor de antibióticos do mundo, com uso diário de cerca de 22 mil doses. 80% das substâncias são excretadas sem serem metabolizadas pelo organismo. Segundo ONU, boa parte vai para esgoto e natureza

A descoberta dos antibióticos no início do século XX causou uma verdadeira revolução na saúde. Os medicamentos “milagrosos”, como eram chamados na época, possibilitaram a cura de doenças até então fatais, como pneumonia, tuberculose e febre reumática. Milhões de vidas foram e ainda são salvas graças a eles.

O remédio “mocinho”, no entanto, também tem um lado “vilão”. Pesquisadores constataram que o uso excessivo de antibióticos afeta não somente a saúde humana, como também a natureza. Em contato com o meio ambiente, os antibióticos podem criar bactérias resistentes, romper o frágil equilíbrio ecológico de rios e até afetar processos biológicos.

Os efeitos negativos já podem ser vistos, inclusive, nos rios do Paraná, segundo Eliane Carvalho de Vasconcelos, pesquisadora e professora do programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Ambiental da Universidade Positivo. “Possivelmente todos os rios do estado que recebem efluente de estações de tratamento, ou aqueles que recebem diretamente os dejetos, estão contaminados por antibióticos”, diz a professora, que também é doutora em Ciências - na área de concentração química analítica - pela Universidade de São Paulo (USP).

A Organização das Nações Unidas (ONU) alerta que “instalações para o tratamento de esgoto não conseguem remover todos os antibióticos e bactérias resistentes da água”.

RIOS DO PARANÁ - Nos últimos anos, Eliane tem feito pesquisas nos rios do Paraná envolvendo estudantes de graduação e mestrado. Em um dos estudos, feito no rio Passaúna, na Região Metropolitana de Curitiba, os alunos usaram cebolas orgânicas - geralmente utilizadas como bioindicadores ambientais - para verificar o potencial tóxico da água.

“Foi constatado que havia cafeína, o que indica a presença de substâncias farmacêuticas, como antibióticos e hormônios, uma vez que a cafeína é usada como marcador”, afirma.

Na pesquisa não foi avaliada a quantidade exata de antibiótico no rio, mas, segundo Eliane, já foi possível verificar que a presença dessas substâncias na água afetou processos biológicos da cebola, como a divisão celular, essencial para o crescimento e a manutenção do organismo.

CRISE GLOBAL – A contaminação das águas por antibióticos é um problema mundial. Em maio deste ano, pesquisadores da Universidade de York, no Reino Unido, divulgaram um estudo alarmante sobre o tema, que acendeu o alerta de países, estados e organizações internacionais. Os pesquisadores analisaram 701 amostras de águas coletadas em 72 países e encontram antibióticos em 65% delas.

Uma das consequências desse fenômeno é a resistência aos antibióticos, que acontece quando determinada bactéria se modifica em resposta ao uso ou à exposição excessiva a esses medicamentos. A ONU já classificou a resistência a antibióticos como uma crise global e a meta da entidade, agora, é alcançar níveis de uso adequado de antibiótico em humanos e animais até 2050.

No Brasil, a compra de antibióticos apenas com receita foi um grande avanço para frear o consumo do remédio no país, de acordo com Eliane, e, conseqüentemente, a presença do medicamento na natureza. Mesmo assim, o consumo ainda é alto por aqui. O brasileiro usa, em média, 22 mil doses de antibióticos todos os dias, o que coloca o país como o 19º maior consumidor do mundo, na frente dos países da Europa, Canadá e Japão, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). Como 80% dos antibióticos são excretados sem ser metabolizados pelo organismo, segundo a ONU, boa parte vai para o esgoto e para a natureza.

“Precisamos continuar reforçando a importância do uso consciente entre seres humanos e na agricultura, que também utiliza antibióticos. Além disso, é preciso continuar com campanhas sobre a importância do descarte correto”, diz a professora.

DESCARTE - A Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e a Prefeitura de Curitiba alertam que antibióticos e outros medicamentos precisam ser descartados em locais adequados, não em vasos sanitários, lixo comum, pias ou locais a céu aberto. Na capital, por exemplo, a coleta de remédios vencidos acontece periodicamente nas proximidades dos terminais de ônibus. Mais informações e o calendário podem ser consultados no site coetalixo.curitiba.pr.gov.br/lixo-toxico. Além disso, as farmácias da cidade também têm pontos específicos para depósito desse tipo de material.

MESTRADO E DOUTORADO – Por meio da realização de pesquisa aplicada para a solução de problemas ambientais, o programa de Mestrado e Doutorado em Gestão Ambiental da Universidade Positivo visa complementar a formação de profissionais que querem contribuir para a utilização adequada dos recursos naturais do planeta. O curso, em seu 15º ano, tem nota 5 na **Capes** (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior) e parcerias internacionais.

Sobre a Universidade Positivo

A Universidade Positivo concentra, na Educação Superior, a experiência educacional de mais de quatro décadas do Grupo Positivo. A instituição teve origem em 1988 com as Faculdades Positivo, que, dez anos depois, foram transformadas no Centro Universitário Positivo (UnicenP). Em 2008, foi autorizada pelo Ministério da Educação a ser transformada em Universidade. Atualmente, oferece mais de 60 cursos de Graduação presenciais, quatro cursos de Doutorado, sete cursos de Mestrado, mais de 190 programas de Especialização e MBA, sete cursos de idiomas e dezenas de programas de Extensão. A Universidade Positivo conta com três unidades em Curitiba, uma unidade em Londrina (PR), uma unidade em Joinville (SC), além de polos de Educação a Distância (EAD) em mais de 60 cidades espalhadas pelo Brasil. Em 2018, a Universidade Positivo foi classificada entre as 100 instituições mais bem colocadas no ranking mundial de sustentabilidade da UI GreenMetric.

topo ↕

UFMS - TEMPO REAL

UFMS sedia Seminário de Educação Profissional e Tecnológica

Na manhã de hoje (5) teve início no Complexo Multiuso da Cidade Universitária o 2º Seminário de Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS). O evento, que terá duração de dois dias, abre as atividades letivas para os ingressantes na segunda turma do Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado em Campo Grande pelo Instituto.

O Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica é a primeira pós-graduação stricto sensu oferecida pelo IFMS. O curso visa tanto à produção de conhecimento quanto ao desenvolvimento de produtos educacionais voltados ao ensino da educação profissional e tecnológica. As atividades são desenvolvidas na modalidade semipresencial e a segunda turma conta com 24 estudantes, entre servidores do IFMS e membros da comunidade externa. Sob a coordenação do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), o mestrado profissional é oferecido por instituições que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Na cerimônia de abertura, o coordenador do curso, professor Dante Alighieri Alves de Mello agradeceu a presença de todos os alunos da primeira turma e demais participantes do evento e deu as boas-vindas aos novos estudantes que ingressaram em 2019.

“Saibam que podem contar conosco e com toda a rede, temos tido grande apoio dela ao longo desse primeiro ano. É um programa desafiador e muito rico por sua pluralidade, com pesquisas interessantíssimas que já começaram a ser apresentadas”, disse.

A diretora do câmpus Campo Grande do IFMS, Rosane Fernández, lembrou da força que o trabalho em rede proporciona. “Temos o mesmo objetivo, o de transformar vidas por meio da educação. Não há ensino sem pesquisa, nem pesquisa sem ensino. Os resultados de nossas atividades trazem melhorias para todo o Brasil”, afirmou.

“Parabenizo a coordenação e os professores por propiciarem aos que estão ingressando a oportunidade de verem a caminhada de um ano dos que já estão cursando o mestrado, isso ajuda porque já conhecem o que está sendo produzido, essa integração é bastante importante entre as turmas”, lembrou o pró-reitor de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do Instituto, Marco Hiroshi Naka.

O reitor do IFMS, Luiz Simão Staszczak, reiterou a gratidão a todos pela presença e participação no curso e no seminário. “Estamos muito orgulhosos dos nossos professores e servidores por todo o trabalho em rede que possibilitou essa ação cooperativa, essa soma de esforços para fortalecer o programa. É notório o crescimento e o desenvolvimento dos resultados desse programa, o que inclusive sensibilizou a Capes para discutirmos o programa de doutorado na área. Estamos ainda no início dessa pós-graduação e em conversa com nossa coirmã UFMS, que tem 49 programas de pós-graduação, entre doutorados, mestrados e mestrados profissionais, vemos uma gama de desenvolvimento justamente da comunidade docente e da comunidade técnico administrativa em educação. Nosso programa cada vez mais vai procurar ser parceiro da UFMS não só em ações de infraestrutura física, mas de pesquisas, de resultados. Quanto mais conversarmos mais tiraremos resultados positivos”, afirmou.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Governo vai propor uso de recursos de fundos regionais para educação básica

O Ministério da Economia vai propor um aumento de 50% dos recursos para o Fundeb, o fundo que atende a educação básica no Brasil. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues Junior, antecipa que a ideia é saltar dos atuais R\$ 13 bilhões para R\$ 19,5 bilhões.

Para conseguir esse dinheiro adicional, o plano é desidratar os chamados fundos constitucionais, que são fundos regionais abastecidos com recursos públicos e que financiam pequenas empresas, produtores rurais e programas destinados a reduzir a desigualdade e gerar emprego.

Na visão da equipe econômica, o dinheiro que hoje vai para esses fundos deveria ser transferido diretamente aos governadores e ser aplicado em educação. Waldery destaca que a orientação dada pelo presidente Jair Bolsonaro para o Orçamento é priorizar a educação básica.

O Fundeb foi criado em 2006 para aumentar os investimentos nos ensinos infantil, fundamental e médio no Brasil. Ele é hoje responsável por 63% dos investimentos em educação básica, mas expira em 2020. Uma comissão no Congresso discute propostas para o futuro do fundo. O Ministério da Educação já havia sinalizado que quer aumentar o repasse para a área, mas ainda não havia apontado a fonte de recursos.

Segundo Waldery, o dinheiro virá da mudança na destinação dos fundos de financiamento do Nordeste (FNE), Norte (FNO) e Centro-Oeste (FCO). Hoje, eles são administrados pelos bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa) e pelo Banco do Brasil. A Constituição determina que esses fundos recebam 3% do arrecadado com Imposto de Renda e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Do total levantado, são repassados 60% para o Nordeste, 20% para o Centro-Oeste e 20% para o Norte.

A mudança na destinação dos recursos neles depositados só poderão ocorrer se o Congresso aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC). O secretário diz que o governo tem informações de parlamentares de que, se a proposta de alteração dos fundos regionais vier "casada" com o reforço nos investimentos em educação básica, haverá "fortíssimo" apoio.

Enquanto o aval do Congresso não vier, a estratégia será "retrabalhar" esses fundos, realocando os recursos de maneira mais eficiente, diz o secretário. Hoje, existem 261 fundos públicos e 93 deles estão ativos.

Segundo Waldery, além de turbinar o orçamento da educação, transferir o dinheiro dos fundos constitucionais para alimentar o Fundeb atende ainda a determinação do ministro da Economia, Paulo Guedes, de descentralizar recursos para Estados e municípios.

Na visão de Guedes, são os políticos eleitos localmente - e não os gestores dos bancos estatais - que devem decidir como o dinheiro de impostos será usado. "Os governadores têm algo que nenhum presidente de banco público, que nem mesmo nós do Poder Executivo federal temos, que é o voto", diz o secretário, que, além do Tesouro, comanda também a área de Orçamento da Economia.

Os números do Brasil na educação básica estão aquém da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Já o gasto por

aluno no ensino superior é praticamente igual ao gasto dos países ricos da OCDE. Por isso, diz Waldery, a decisão de focar no reforço Fundeb.

Devido ao déficit elevado das contas da União, o governo não tem como retirar o dinheiro dos seus recursos, diz o secretário. Por isso, a estratégia de usar os fundos constitucionais foi pensada. Waldery lembra que a previsão do governo é continuar a ter déficits primários elevados nos próximos três anos. Os recursos do Fundeb, porém, ficam de fora da contabilidade do limite do teto de gastos - instrumento que limita o crescimento das despesas à variação da inflação.

Regras fiscais

Como a mudança dos fundos constitucionais só poderá ser feita por meio de uma PEC, uma das possibilidades em análise é aproveitar a esperada PEC do Pacto Federativo para já endereçar a questão. Outra ideia é usar uma proposta que trate do assunto e que já esteja na Casa. Anunciada por Guedes no início de sua gestão, a PEC do Pacto Federativo deve ser abrangente para contemplar os diversos aspectos do federalismo fiscal. As mudanças envolverão o aperfeiçoamento das atuais regras fiscais. O governo não pretende, porém, acabar com a meta de resultado primário, garante o secretário.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

